

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters "GU" and several illegible scribbles.

Relatório de Prestação de Contas 2024





RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

DO ANO FINANCEIRO DE 2024

APROVADO

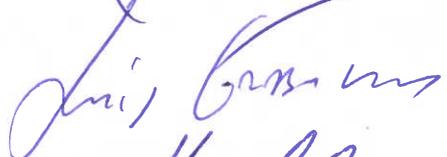
PELA JUNTA DE FREGUESIA

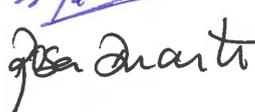
A PRESTAÇÃO DE CONTAS, devidamente numerado e rubricado, foi aprovado na reunião da Junta de Freguesia, tendo todas as suas folhas sido rubricadas pelo executivo que abaixo assina

Em reunião de

02 / Abril / 2025





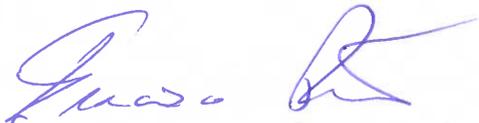



PELA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

A PRESTAÇÃO DE CONTAS, foi presente e aprovado por maioria/unanimidade da Assembleia de Freguesia em sua sessão ordinária, tendo todas as suas folhas sido rubricadas pela mesa que abaixo assina

Em sessão de

9 / Abril / 2025


Virgínia Pinheiro
Gonçalo Norton Lages



Índice

1. Introdução	5
2. Enquadramento Contabilístico	8
3. Enquadramento Macroeconómico	10
4. Organização da Freguesia	14
Órgão executivo	14
Órgão deliberativo	15
Estrutura Orgânica dos Serviços.....	16
5. Atividades Desenvolvidas	17
Educação & Juventude.....	17
Ação Social.....	18
Saúde	26
Cultura.....	27
Desporto e Associativismo	30
Habitação & Segurança	32
Ambiente.....	33
Gestão Administrativa	34
Orçamento Colaborativo.....	35
Fundo de Associativismo.....	35
6. Relato Orçamental	35
Resultado Orçamental	36
Receita	40
Evolução da Receita.....	42
Receitas Correntes.....	43
Outras Receitas.....	47
Despesa	48
Evolução da Despesa	49
Despesa Corrente	51
Despesa de Capital	55
Rácios Orçamentais.....	57
Análise da Despesa por Área Funcional	57
Análise Execução Orçamental por Unidade Orgânica	61
7. Relato Financeiro	63
Análise do Balanço.....	63



GM

#

A demonstração de Resultados por Natureza	65
Rácios Financeiros.....	66
8. Proposta de aplicação de Resultados	68
9. Lei dos compromissos e pagamentos em atraso	68
10. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	69
11. Contabilidade de gestão.....	69
12.Demonstrações Financeiras e Anexo	70
Balança	71
Demonstração dos resultados por naturezas.....	72
Demonstração das alterações no património líquido	73
Demonstração dos fluxos de caixa	74
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	75
ANEXOS	102
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	102
Anexo 1 - Demonstração de desempenho orçamental (DDORC)	102
Anexo 2 - Demonstração de execução orçamental da receita (DOREC).....	102
Anexo 3 - Demonstração de execução orçamental da despesa (DODES)	102
Anexo 4 - Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos (DPPI)	102
Anexo 5 - Anexo às demonstrações orçamentais	102
01 - Alterações orçamentais da receita	102
02 - Alterações orçamentais da despesa.....	102
03 - Alterações ao plano plurianual de investimentos	102
04 - Operações de tesouraria.....	102
05 - Contratação administrativa - situação dos contratos.....	102
06 - Contratação administrativa - adjudicações por tipo de procedimento	102
07 - Transferências e subsídios concedidos	102
08 - Transferências e subsídios recebidos	102
09 - Outras Divulgações - Reconciliações Bancárias	102
10 - Outras Divulgações - Certidões de Receita.....	102
11 - Outras Divulgações - Certidões de Não Dívida.....	102
12 - Outras Divulgações - Declaração de Responsabilidade.....	102
Anexo 6 - Divulgação do inventário de património.....	102
Anexo 7 - Dívidas por antiguidade de saldos	102
Anexo 8 - Encargos Contratuais.....	102



GM
P
B
D
L
A

Anexo 9 - Acompanhamento e Avaliação da Conformidade das Contas.....	102
Anexo 10 - Balancete analítico de regularização (mês 13).....	102
Anexo 11 - Balancete analítico de encerramento (mês 14)	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Sigla	Designação
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
DGAL	Direção Geral das Autarquias Locais
DGO	Direção-Geral do Orçamento
FFF	Fundo de Financiamento de Freguesias
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
NCP	Norma de Contabilidade Pública
NCP-PE	Norma de Contabilidade Pública – Pequenas Entidades
POCAL	Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
TC	Tribunal de Contas



GM
[Handwritten signatures]

1. Introdução

Considerando-se o disposto no n.º 1 do art.º 3.º do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, apresenta-se o presente relatório, relativo ao ano de 2024. O mesmo foi elaborado tendo subjacente a Norma de Contabilidade Pública (NCP) n.º 1, que define a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, e a NCP n.º 26 relativa à contabilidade e relato orçamental.

A prestação de contas é uma obrigação da parte de quem gere e aplica dinheiros públicos. Os documentos de prestação de contas são uma importante ferramenta de avaliação e análise dos instrumentos de gestão orçamental cuja relevância se estende para além da obrigação legal e assume contornos particularmente relevantes no âmbito de uma política centrada no rigor, no diálogo e na transparência. No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras (i) determinada pelas suas necessidades; (ii) para efeitos de responsabilização pela prestação de contas; e (iii) para a tomada de decisões.

O presente documento tem como objetivos:

1. Explicitar os níveis de execução realizados referenciando-os aos aspetos mais relevantes da atividade financeira da autarquia, no que concerne à sua natureza económica e financeira, nos domínios das receitas, das despesas e da tesouraria;
2. Apresentar a situação económica relativa ao exercício, analisando a evolução da gestão nos diferentes sectores da atividade da autarquia, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto, médio e longo prazos, financiamento externo e condições de funcionamento;
3. Analisar a situação financeira da autarquia, do ponto de vista patrimonial.



GM

R

#

O Tribunal de Contas é a entidade que fiscaliza a legalidade das receitas e das despesas públicas, aprecia a boa gestão financeira e efetiva responsabilidades por infrações financeiras. Neste âmbito, a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, determina as modalidades do controlo financeiro e a efetivação de responsabilidades financeiras, por parte do Tribunal de Contas. Assim, o Tribunal de Contas dá instruções sobre a elaboração e documentação das contas, designadamente, no que respeita às entidades sujeitas, aos responsáveis, à periodicidade e ao âmbito e conteúdo da informação.

A organização desta prestação de contas, foi elaborada de acordo com o preceituado no Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas (SNC-AP), especificamente a Estrutura Conceptual, NCP 1 e NCP 26 e as instruções emanadas pelo Tribunal de Contas, designadamente com a Resolução n.º 4/2024, publicada em 23 de dezembro de 2024 e a Lei orgânica, conforme o previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 16.º da lei 75/2013, de 12 de setembro, é competência da Junta de Freguesia elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da freguesia e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da assembleia de freguesia, relativos ao exercício findo a 31 de dezembro de 2024.

Pretende-se com este documento espelhar, de uma forma simples e transparente, o desempenho orçamental e financeiro resultante das atividades desenvolvidas por esta freguesia. Foram elaborados quadros e gráficos por forma a evidenciar os dados indicados em cada capítulo. Para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas, poderão ser apresentados elementos relativos à execução dos anos anteriores.

Para efeitos de relato orçamental e nos termos do §14 da NCP-PE; do artigo 5º da Portaria n.º 218/2016 de 9 de agosto; e da Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, são apresentados como documentos de Prestação de Contas:



1. Balanço
2. Demonstração dos resultados por natureza
3. Demonstração de fluxos de caixa
4. Demonstração das alterações no património líquido
5. Anexos às demonstrações financeiras

Para efeitos de relato orçamental e nos termos do §46 da NCP 26 do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro; do artigo 6º da Portaria n.º 218/2016 de 9 de agosto; e da Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, são apresentados como documentos de Prestação de Contas:

1. Demonstração de desempenho orçamental
2. Demonstração de execução orçamental da receita
3. Demonstração de execução orçamental da despesa
4. Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos
5. Anexo às demonstrações orçamentais
6. Divulgação do inventário do património
7. Dívidas a terceiros por antiguidade dos saldos
8. Encargos contratuais

No estrito cumprimento dos dispositivos legais aplicáveis, apresenta-se a presente Prestação de Contas do ano de 2024, para que, dentro dos prazos previstos, seja apreciada pelo órgão deliberativo e remetida até 30 de abril de 2025 ao Tribunal de Contas, por via eletrónica.



2. Enquadramento Contabilístico

A informação financeira no setor público é um elemento essencial da administração do Estado. A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)¹, corresponde à necessidade de uma reforma neste setor, consagrando-se um conjunto de normas para uniformizar procedimentos e aumentar a transparência das contas públicas.

Através do SNC-AP pretende-se:

- Evidenciar a execução orçamental e demonstrar o respetivo desempenho;
- Proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos fluxos de caixa;
- Facultar informação credível para as entidades externas e para a preparação das contas de acordo com o sistema europeu de contas nacionais e regionais;
- Obter maior controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos. pelo, e constitui o novo sistema contabilístico para as administrações públicas.

O SNC-AP foi desenvolvido tendo presente que o universo das administrações públicas engloba entidades da mais variada natureza e dimensão e com atividades e transações das mais simples às mais complexas podendo, assim, ser aplicado por todas elas independentemente de qualquer um destes fatores distintivos.

Justifica-se, porém, que a algumas entidades possa ser permitido fazer uma aplicação simplificada do sistema desde que essa simplificação esteja assente nos mesmos princípios, conceitos e critérios para permitir consistência e comparabilidade entre as diversas instituições e facilitar a consolidação quando

¹ Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM', '#', and several illegible signatures.

apropriada. A Portaria n.º 218/2016 concretiza o referido regime, definindo as seguintes categorias de entidades para efeitos do SNC-AP e respetivos instrumentos contabilísticos:

Despesa global orçamental paga nas duas últimas prestações de contas	Regime contabilístico	Subsistemas Contabilísticos	Instrumentos contabilísticos (Normas aplicáveis)
$\leq 1.000.000 \text{ €}$	Regime Simplificado (Microentidades)	- Orçamental	- NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental; - Divulgação do Inventário do Património
$> 1.000.000 \text{ €}$ e $\leq 5.000.000 \text{ €}$	Regime Simplificado (Pequenas Entidades)	- Financeira - Orçamental - Gestão	-NCP-PE – Norma de Contabilidade Pública para as Pequenas Entidades (Única Norma de Contabilidade Financeira); - NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental; -NCP 27 – Contabilidade de Gestão; -PCM - Plano de Contas Multidimensional
$> 5.000.000 \text{ €}$	Regime Geral	- Financeira - Orçamental - Gestão	-EC - Estrutura Conceptual; -Normas de Contabilidade Pública (Normas 1 a 27); -PCM - Plano de Contas Multidimensional

Subsistemas e instrumentos contabilísticos aplicáveis ao regime geral e aos regimes simplificados

Os valores a considerar são anuais e a observação dos limites tem que verificar-se durante dois anos consecutivos. Isto é:

- i. Pequena Entidade é aquela que durante dois anos consecutivos registou um montante global anual de despesa orçamental paga superior a 1 milhão e inferior a 5 milhões de euros;
- ii. Microentidade é aquela que durante dois anos consecutivos registou um montante global anual de despesa orçamental paga inferior a 1 milhão de euros.

Assim, os registos contabilísticos e a prestação de contas da Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos, relativo ao ano de 2024, foram elaborados e preparados



em conformidade com os instrumentos aplicáveis ao regime simplificado para pequenas entidades

3. Enquadramento Macroeconómico

Na reunião de 30 de janeiro de 2025, o Conselho do BCE decidiu reduzir mais uma vez as três taxas de juro diretoras em 25 pontos base. O Conselho do BCE está determinado a assegurar que a inflação estabiliza, de forma sustentada, no seu objetivo de médio prazo de 2%. Seguirá uma abordagem dependente dos dados e reunião a reunião para decidir a orientação apropriada da política monetária.

A maioria das medidas da inflação subjacente sugere que a inflação estabilizará, numa base sustentada, em torno do objetivo de médio prazo de 2% do Conselho do BCE. A inflação interna desceu ligeiramente, mas permanece elevada, sobretudo porque os salários e os preços em determinados setores ainda se estão a ajustar, com um desfasamento substancial, à anterior subida acentuada da inflação.

O processo desinflationista está bem encaminhado. De acordo com as projeções macroeconómicas de dezembro de 2024 para a área do euro elaboradas por especialistas do Eurosistema, a inflação global deverá situar-se, em média, em 2,4% em 2024. Relativamente à inflação excluindo preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares, projeta-se uma média de 2,9% em 2024.

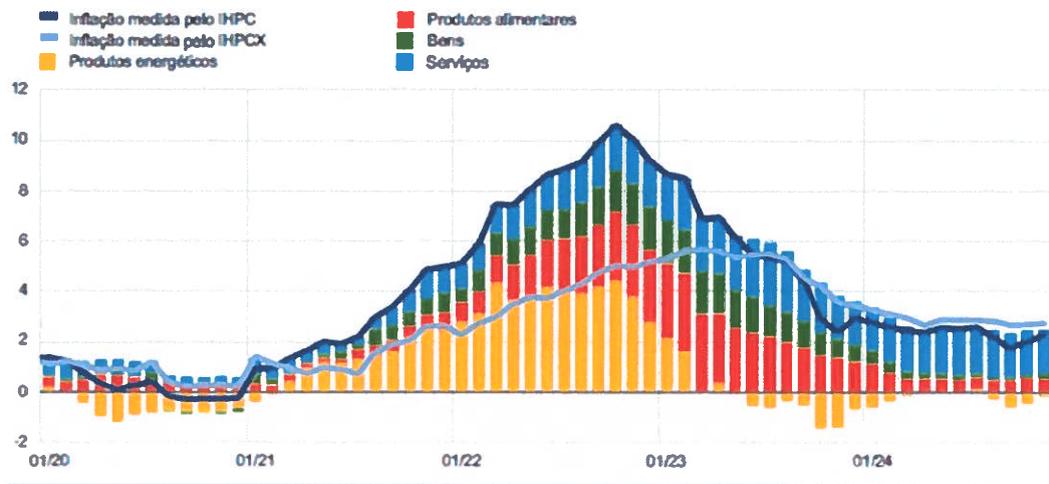
A restritividade das condições de financiamento está a diminuir, dado que as recentes reduções das taxas de juro decididas pelo Conselho do BCE estão a tornar gradualmente a contração de novos empréstimos menos onerosa para as empresas e as famílias.



GM
[Handwritten signatures and initials]

Inflação global e respetivas componentes principais

(taxas de variação homólogas (%); contributos em pontos percentuais)

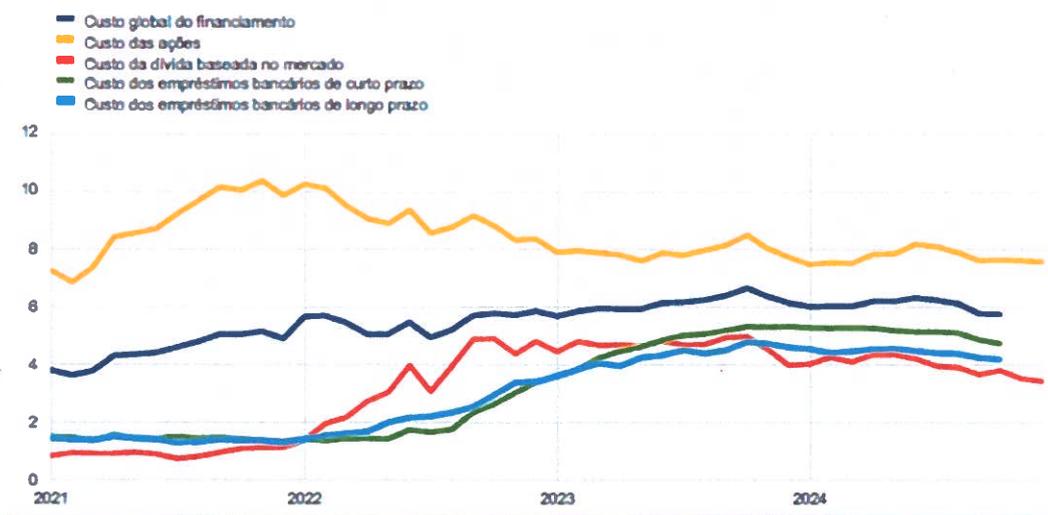


Fonte: INE, Eurostat, BCE, Banco de Portugal

No entanto, as condições de financiamento continuam a ser restritivas, dado que a política monetária permanece restritiva.

Custo nominal do financiamento externo às empresas da área do euro, desagregado por componente

(percentagens homólogas)



Fonte: INE, Eurostat, BCE, Banco de Portugal

Nas projeções de dezembro de 2024, os especialistas esperam agora uma recuperação económica mais lenta do que o avançado nas projeções macroeconómicas de setembro de 2024 para a área do euro elaboradas por especialistas do BCE. Não obstante a recuperação do crescimento no terceiro

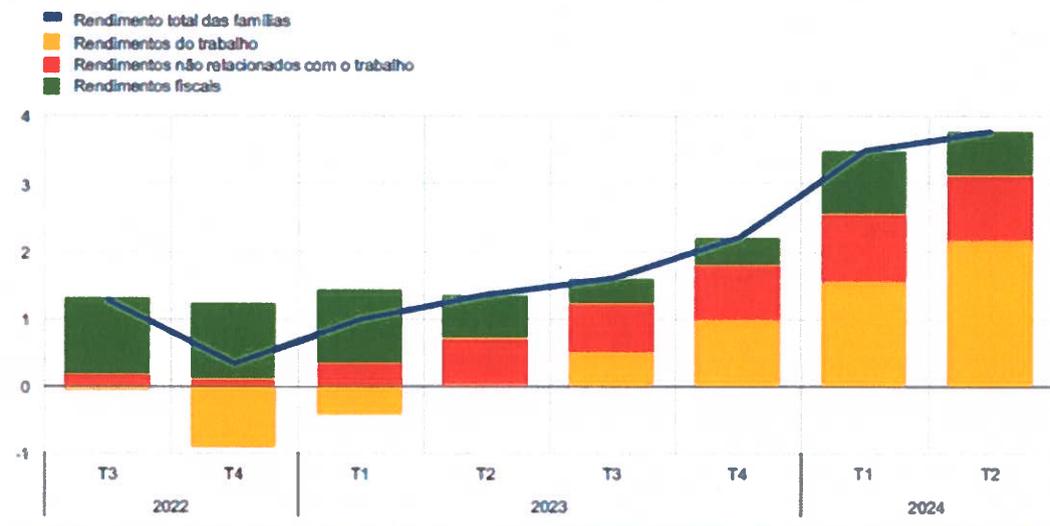


trimestre, os indicadores de inquéritos sugerem um abrandamento no quarto trimestre.

Os especialistas preveem que a economia registará uma taxa de crescimento de 0,7% em 2024. A recuperação projetada assenta principalmente na subida dos rendimentos reais – que deverá permitir às famílias consumir mais – e no aumento do investimento das empresas. Com o tempo, o desvanecimento gradual dos efeitos da política monetária restritiva deverá apoiar a retoma da procura interna.

Evolução do rendimento real das famílias

(variação percentual desde o segundo trimestre de 2022 e contributos em pontos percentuais)



Fonte: INE, Eurostat, BCE, Banco de Portugal

A economia cresceu 0,4% no terceiro trimestre, superando as expectativas. Esse crescimento foi impulsionado sobretudo por um aumento do consumo – refletindo, em parte, fatores pontuais que impulsionaram o turismo durante o verão – e pela constituição de existências pelas empresas. Contudo, os dados mais recentes sugerem que está a perder dinamismo.

Os recentes inquéritos indicam que a indústria transformadora continua em contração e que o crescimento dos serviços está a abrandar. As empresas estão a adiar despesas de investimento, devido à fraqueza da procura e às perspetivas



muito incertas. As exportações também se apresentam fracas e algumas indústrias europeias estão a ter dificuldade em manter a competitividade.

O mercado de trabalho permanece resiliente. O emprego cresceu 0,2% no terceiro trimestre de 2024, ultrapassando novamente o crescimento esperado. A taxa de desemprego manteve-se num mínimo histórico de 6,3% em outubro. Entretanto, a procura de mão de obra continua a enfraquecer. A taxa de postos de trabalho por preencher desceu para 2,5% no terceiro trimestre - 0,8 pontos percentuais abaixo do seu máximo - e os inquéritos apontam igualmente para a criação de menos postos de trabalho no quarto trimestre.

Consumo real de bens e serviços pelas famílias

(T4 2019 = 100)



Fonte: INE, Eurostat, BCE, Banco de Portugal

A economia da área do euro deverá prosseguir uma recuperação gradual nos próximos anos, num contexto de considerável incerteza em termos geopolíticos e de políticas. Em particular, o aumento dos salários reais e do emprego, num contexto de mercados de trabalho robustos, deverá apoiar uma recuperação em que o consumo continua a ser um dos principais fatores impulsionadores. A procura interna deverá também ser impulsionada por uma menor restritividade das condições de financiamento, em consonância com as expectativas do mercado quanto à trajetória futura das taxas de juro. Embora rodeadas de elevada incerteza, pressupõe-se que as políticas orçamentais prossigam uma trajetória de consolidação global



4. Organização da Freguesia

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 6º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a constituição, composição e organização dos Órgãos das Autarquias Locais, são reguladas pela Lei nº169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de janeiro e nos termos do nº1 do artigo 5º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, os Órgãos representativos da Freguesia são a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia.

Órgão executivo

Membros em funções em 31/12/2025

Nome	Cargo	Regime de Permanência
Carla Sofia da Silva Soares Maia	Presidente	Tempo-Inteiro
Maria João de Freitas Arriscado Nunes	Vogal Secretário	Compensação
Luis Manuel Noura Grabulho	Vogal Tesoureiro	Tempo-Inteiro
Paula Maria Coelho Martins	Vogal	Senhas de Presença
Miguel Maria Barros Carvalho Guimarães	Vogal	Meio-Tempo
Rosa Maria Tavares Duarte	Vogal	Meio-Tempo
José António da Silva Barradas	Vogal	Senhas de Presença

Composição do órgão executivo

De acordo com o disposto no artigo 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Junta de Freguesia, entre outras:



- Elaborar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis;
- Elaborar e submeter a aprovação da assembleia de freguesia ou do plenário de cidadãos eleitores as opções do plano e a proposta do orçamento;
- Executar as opções do plano e orçamento, bem como aprovar as suas alterações;
- Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, quando aplicável nos termos da lei, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação do órgão deliberativo;
- Remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, as contas da freguesia.

Órgão deliberativo

O órgão deliberativo da freguesia, constitui a Assembleia de Freguesia, apresentando a Mesa da Assembleia a seguinte composição

Nome	Cargo
José Francisco Correia Narciso de Lemos Pavão	Presidente
Carla Elisabete de Oliveira e Silva	1º Secretário
Gonçalo Soares Teixeira Norton Lages	2º Secretário

Composição do órgão deliberativo

Compete à Assembleia de Freguesia, nomeadamente:

- Acompanhar e fiscalizar a atividade da freguesia, sem prejuízo do exercício normal da competência desta;
- Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da junta acerca da atividade por si ou pela junta exercida, no âmbito da competência própria ou delegada, bem como da situação financeira da freguesia;



- Aprovar as opções do plano, a proposta de orçamento e as suas revisões;
- Appreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
- Aprovar, nos termos da lei, os quadros de pessoal dos diferentes serviços da freguesia;
- Estabelecer as normas gerais de administração do património da freguesia ou sob sua jurisdição.

Estrutura Orgânica dos Serviços

Os serviços da Junta de Freguesia regem-se pelos seguintes princípios orientadores gerais:

- Priorizar o contacto mais próximo com a população e o serviço do interesse público;
- Realizar de forma plena, oportuna e eficiente das tarefas a cada um destinado;
- Rentabilizar e maximizar os recursos disponíveis;
- Promover a participação organizada dos agentes sociais e população na atividade da Freguesia;
- Promover uma boa imagem do poder local;
- Prestar à população serviços de qualidade, obtendo um índice elevado de satisfação;
- Reconhecimento cívico, ético e profissional dos trabalhadores.

O Executivo procurou administrar os recursos humanos existentes numa perspetiva da melhor adaptação de cada um ao seu posto de trabalho, como melhor resposta ao funcionamento dos serviços de forma equilibrada, reduzindo fenómenos de absentismo ou conflitualidade e melhorando a imagem dos serviços e a qualidade da prestação dos mesmos.



GM
[Handwritten signatures]

5. Atividades Desenvolvidas

Neste ciclo político, a estas prioridades agregam-se os seguintes objetivos estratégicos transversais a toda a autarquia, e que se passam a analisar mais em detalhe:

Educação & Juventude

Em todas as Escolas do 1º ciclo assinalaram-se os diferentes dias temáticos, dia de Carnaval, da criança, a celebração do Natal, entre outras.

No final de cada período letivo, houve colaboração e organização das festas, em conjunto com os professores, coordenadores de escola, com a realização de diversas atuações das crianças. Estas iniciativas sempre que foram solicitados apoios na sua execução, a UFLOM participou contribuindo para estimular e fortalecer as relações com a comunidade escolar.

Destacamos algumas dessas atividades:

- **Natal solidário** - Este ano a Junta de Freguesia, presenteou todas as Associações de pais escolas Eb1 da União das Freguesias com o tradicional cabaz de Natal. Este cabaz foi atribuído a uma família da comunidade escolar.

- **Dia da Criança** - Um dia especial para celebrar a alegria, a inocência e a curiosidade das crianças, tendo sido uma opção do executivo apoiar as atividades organizadas pelas EB1 desta União de Freguesias. Este foi um momento para lembrar a importância de cuidar e proteger os nossos pequenos, garantindo que eles tenham uma infância feliz e saudável.



Ação Social

Na esfera da ação social, o ano 2024 marcou o início do processo de constituição da Comissão Social de Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos no cumprimento do Decreto-Lei nº 115/2006 de 14 de junho de 2006 que regulamenta a Rede Social. Este órgão local de concertação e congregação de esforços, funciona como um espaço privilegiado de diálogo e análise dos problemas, visando a atenuação da pobreza e da exclusão social pela promoção do desenvolvimento social local. Esta Comissão permite aproximar ainda mais as entidades que trabalham com a população, assumindo-se como um polo agregador de recursos, de contributos, de esforços e ações, de partilha de projetos e aspirações.

O Gabinete de Serviço Social continuou a prestar apoio psicossocial, aconselhamento e acompanhamento aos residentes desta União de Freguesias. Esta resposta permite identificar e diagnosticar necessidades e problemas no âmbito psicossocial e relacional, acompanhar o processo de resolução de problemas e necessidades assim como disponibilizar informações, potencializar capacidades e rentabilizar recursos da comunidade.

As propostas para prestação de apoio dos agregados familiares, no âmbito do **Fundo Social de Emergência** decorrem do atendimento do Serviço Social, após a realização de um diagnóstico social e a elaboração de um plano de ação. No ano de 2024 houve 644 propostas e que corresponde a um total de 246 agregados familiares apoiados.

No quadro infra apresentamos um quadro que sintetiza o número e tipo de apoios concedidos.



GM [Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Tipo de apoio solicitado	Totais
Saúde	273
Apoio em medicação (para um total de 163 AF abrangidos)	244
Comparticipação de Óculos/prótese dentária/ajudas técnicas	20
Transporte táxi para junta médica/consultas	9
Habitação	248
Pagamento de fatura de Eletricidade/Gás /água	186
Pagamento de fatura de Renda Habitacional (DomusSocial)	30
Aquisição e Frigorífico/máquina Lavar/cilindro	02
Pagamento condomínio	0
Pagamento de quarto em pensão/renda privada	30
Total de pedidos	521
(Total de agregados familiares apoiados)	379

O pelouro da ação social permanece como sendo aquele ao qual são alocados mais recursos bem como onde são desenvolvidas diversas atividades.

Destacamos as seguintes atividades:

- **Dia de Reis nos Espaços Sêniores** - No dia 6 de janeiro é celebrado o Dia de Reis. A data marca a visita dos três Reis Magos e foi celebrada de diferentes formas nos Espaços Seniores desta Junta de Freguesia, mas em geral, os utentes reuniram-se para comer o bolo-rei, uma sobremesa típica desta quadra. O Dia de Reis é uma celebração importante para a cultura cristã e representa um momento de renovação da fé e da esperança para muitas pessoas. Este evento foi comemorado nos dois Espaços Seniores que a UFLOM dispõe, tendo tido uma participação de 60 idosos.



- **Cantar das janeiras nos Espaços Séniores** - Em janeiro cantaram-se as janeiras e os utentes dos Espaços Seniores visitaram os serviços administrativos desta Junta de Freguesia mantendo a tradição e o convívio entre os utentes e colaboradores.

- **Programa Estamos Juntos + 65** - A Câmara do Porto celebrou com a Domus Social e a União de Freguesias um protocolo de colaboração, no âmbito do programa municipal "Estamos Juntos", com vista a dar uma solução integrada e gratuita à população sénior do concelho com mais de 65 anos, que viva em situação de isolamento social e se encontrem em situação de carência humana. Durante o ano de 2024 foram submetidas 23 (vinte e três) candidaturas.

- **Programa Bilha Solidária** - Importa igualmente mencionar a parceria estabelecida com a ANAFRE na divulgação e submissão de candidaturas no âmbito do **Programa "Bilha Solidária"**. Este programa de apoio da bilha solidária continuou em vigor em 2024 para levar apoio de 10 euros aos agregados familiares mais desfavorecidos tendo sido submetidas 35 (trinta e cinco) candidaturas o que resultou em 350,00€ de apoios concedidos.

- **Baile de Carnaval Sénior** - Criatividade, alegria e muita animação foi o que aconteceu no desfile do "Carnaval Sénior" que esta Junta de Freguesia organizou. O desfile decorreu a 08/02 no Salão Nobre de Massarelos e contou com a participação de todos os utentes que quiseram desfilar e bailar nesta festa de Carnaval.

- **Dia de São Valentim** - comemorou-se o dia de S. Valentim nos espaços seniores desta Junta de Freguesia. Celebrou-se o amor reforçando a importância dos afetos, da compreensão, do respeito e da tolerância numa tarde repleta de doçura, com doces alusivos à data.

- **Ação de Formação e Sensibilização - Espaço Sénior da Arrábida** - No Espaço Sénior da Arrábida, foi realizada uma iniciativa de formação e sensibilização em colaboração com a Polícia Municipal do Porto. O evento foi marcado por uma



atmosfera animada e alegre, com troca de informações entre todos os participantes.

- **Eleições Legislativas** - As eleições legislativas tiveram lugar no dia 10 de março para eleger os membros da Assembleia da República. Para as eleições foram convocados dezanove (19) colaboradores para exercer funções de apoio a este ato eleitoral que decorreram sem qualquer incidente a relevar.

- **Baile da Primavera sénior** - A Primavera chega e nada melhor que dançar para celebrar a sua chegada. No dia 21 de março decorreu o Baile de Primavera Sénior, no Centro Social da Arrábida. Desta forma, todos os nossos séniores deram as boas-vindas à Primavera demonstrando um envelhecimento ativo e saudável! Nesta iniciativa participaram 80 seniores.

- **Páscoa nos Equipamentos Séniores** - No dia 27 de março, o Centro de Dia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos celebrou a Páscoa com um almoço especial. Durante o evento, os participantes receberam um pequeno postal alusivo à época festiva, acompanhado do tradicional pão de Ló. Foi uma ocasião marcante, repleta de partilha e celebração.

- **Passeio Sénior a Fátima** - Quatrocentos e oitenta seniores embarcaram num emocionante passeio até Fátima. Após uma visita tocante ao santuário, desfrutaram de um delicioso almoço na quinta D. Nuno. A tarde ganhou vida com a encantadora música de Vânia Marisa, tornando o passeio uma experiência verdadeiramente memorável para todos.

- **Aniversário de 35 anos do Centro Social da Arrábida**- No dia 20 de abril, no seu 35º aniversário, o Centro Social da Arrábida brilhou com afetos e alegria, celebrando a dedicação ao bem-estar dos seniores. Num dia repleto de festa, relembrou-se todos os utentes, aqueles que continuam a acreditar na importância de lugares tão especiais. Entre festividades, animação e o caloroso convívio intergeracional, o Centro Social da Arrábida reafirmou o seu compromisso em proporcionar um ambiente acolhedor e enriquecedor para todos os que o



frequentam. Que esta celebração se prolongue por muitos mais anos de amor, cuidado e felicidade compartilhada neste lugar tão especial.

- **Dia da Mãe** - Um dia dedicado a homenagear todas as mães do mundo, aquelas que nos deram a vida, que nos amam incondicionalmente e que fazem tudo o que podem para nos ver felizes. Neste dia tão especial, homenageamos as colaboradoras e as utentes dos Espaços Seniores desta União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

- **Eleições Europeias** - As eleições Europeias tiveram lugar no dia 09 de junho para eleger os membros para o parlamento europeu. Para as eleições foram convocados os colaboradores para exercer funções de apoio a este ato eleitoral que decorreram sem qualquer incidente a relevar.

- **Tertúlia - 50 anos do 25 Abril** - As celebrações dos 50 anos do 25 de Abril decorreram no Salão Nobre de Lordelo do Ouro decorreu uma tertúlia com o tema " A perspetiva do 25 de Abril no feminino" com a participação de Romi Soares (atriz) e Cristina Bacelar (música). No final deste evento, foram entregues cravos a todos os participantes, um dos símbolos da revolução de abril.

- **As Artes, Antes e Depois do 25 de Abril** - Ainda no seguimento das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril decorreu o evento "As artes, antes e depois do 25 de Abril" na Casa das Artes do Porto (auditório 2: Henrique Alves Costa). O evento começou às 18h30 com uma conversa com o jornalista Costa Carvalho, o ator António Capelo e a diretora da Mira Galerias Manuela Matos Monteiro. O evento prosseguiu com a atuação do cantor de uma das senhas da Revolução de Abril: Paulo de Carvalho.

- **Senhor de Matosinhos Sénior** - Este ano os utentes dos espaços seniores rumaram ao Sr. de Matosinhos. Com a participação de setenta seniores esta foi uma tarde animada e de convívio entre todos onde não faltaram as farturas para degustação.



Gm
F
J
D

- **Colónia Balnear Sénior** - Durante a semana de 01 a 05 de julho decorreu a colónia balnear Sénior na praia- Bola de Nívea. Com esta atividade pretende-se proporcionar aos seniores um envelhecimento ativo e saudável. A esta atividade aderiram vinte seniores.

- **Dia dos Avós** - No dia 22 de julho, a junta de freguesia dinamizou um convívio, na escola Infante D. Henrique com todos os utentes dos Espaços Seniores para comemorar o Dia dos Avós. Um dia para homenagear quem tanto amor dá aos filhos e aos netos. Nesta atividade onde participaram oitenta e cinco utentes, não faltou a ternura, a sabedoria e a alegria dos avós sendo esta uma tarde de grande animação e convívio entre todos. Um bem-haja a todos os avós e ao grande papel e apoio que desenvolvem na sociedade.

- **Almoço de Comemoração 2º Lugar Rugas de São João** - Esta União de Freguesias teve o prazer de realizar um almoço especial para comemorar a fantástica conquista do 2º lugar no concurso das Rugas de São João. Este evento reuniu 120 participantes que vieram celebrar esta vitória.

- **Aulas de Hidroginástica** - Protocolo com o Clube Fluvial Portuense - Através deste Protocolo, manteve-se em funcionamento as cinco turmas de Hidroginástica para Seniores, com 25 participantes/cada turma, e abrangendo uma média de cem moradores (alguns participantes frequentam duas aulas por semana).

- **Dança sem Idade** - A UFLOM tem desde o início do ano 2022, nos espaços Seniores, as segundas e terças-feiras, de tarde, dedicadas à dança. Nesta atividade participam os utentes dos dois espaços (Centro de Convívio de Massarelos e do Centro Social da Arrábida) num total de 50 participantes numa ação de combate à solidão e ao fomento da atividade física nos seniores.

- **Os Contratos Locais de Segurança** representam meios essenciais para efetivar a colaboração entre a Administração central e as autarquias locais, em estreita interação com a comunidade. O objetivo primordial destes contratos é a redução



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'GUILHERME'.

das vulnerabilidades sociais, a prevenção da delinquência juvenil e a eliminação dos fatores criminógenos presentes nas áreas de intervenção. Esta abordagem visa diretamente a mitigação das taxas de criminalidade identificadas, estabelecendo uma base sólida para a segurança e o bem-estar da comunidade local. Esta União de Freguesias participou de modo regular nas quatro reuniões realizadas com todos os parceiros deste contrato local de segurança

- **33º aniversário Espaço Sénior de Massarelos** - O Centro de Convívio de Massarelos celebrou com entusiasmo o seu 33º aniversário, marcando mais de três décadas de dedicação ao bem-estar e à vitalidade dos idosos na comunidade. Este espaço, que se tornou uma referência essencial para a população sénior, não só combate a solidão e o isolamento social, mas também promove ativamente o envelhecimento saudável e participativo. Desde a sua inauguração, há 33 anos, o Centro de Convívio tem desempenhado um papel vital na vida dos idosos oferecendo não apenas atividades recreativas e de lazer, mas também servindo como um ponto de encontro crucial para a construção de amizades duradouras. Ao longo dos anos, este espaço tem sido uma peça fundamental no combate à solidão, proporcionando um ambiente acolhedor e estimulante onde os idosos podem partilhar experiências, participar em atividades variadas e criar laços significativos. Nesta atividade houve a participação de vinte e três utentes desta resposta social.

- **Programa Jovens com Futuro** - Este programa é direcionado às famílias que vivem na freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos, e que têm crianças ou jovens envolvidos em atividades desportivas, culturais ou outras. O seu objetivo é oferecer oportunidades aos jovens para experimentarem diversas modalidades desportivas e atividades socioculturais. Além disso, busca conscientizá-los sobre a importância de continuar com estas práticas e transmitir valores que promovam um estilo de vida saudável. As famílias enquadradas nos quatro primeiros escalões do abono de família têm a possibilidade de se candidatarem a um suporte financeiro para o pagamento das Atividades de Tempos Livres (ATL). Durante o ano foram apoiados sessenta e nove crianças/jovens.



GM [Handwritten signatures]

- **Programa ATL para Todos - Programa "ATL Para Todos"** - Este programa social contou com sessenta e nove inscrições aprovadas. É um programa direcionado às famílias que residem na freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos, cujas crianças frequentam o primeiro ciclo do ensino básico e participam em Atividades de Tempos Livres (ATL). Todas as famílias que se encontram nos quatro primeiros escalões do abono de família têm a oportunidade de solicitar apoio financeiro para cobrir as mensalidades do ATL. A mensagem subjacente é que, ao agirmos todos em conjunto, estamos a cuidar do futuro!

- **Almoço de Natal dos Espaços Séniores** - Este evento, é aguardado com entusiasmo todos os anos, pois são momentos de convívio, partilha e alegria para os utentes destes espaços. Neste período festivo, os seniores tiveram a oportunidade de desfrutar de uma refeição especial e calorosa na Fundação Pernambuco, onde o espírito natalício esteve presente em cada detalhe. Mais do que simples almoços, estes encontros são um símbolo de união e confraternização entre os membros da comunidade sénior da UFLOM. Além da deliciosa comida e do ambiente festivo, os participantes são presenteados com um gesto afetuosos: um cartão de boas festas, repleto de mensagens carinhosas, e um bolo-rei para tornar esta época ainda mais memorável para cada um dos presentes.

- **Cabaz de Natal 2024** - Com o intuito de promover a solidariedade na quadra natalícia, a Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos promoveu a atribuição de cabazes de Natal numa ação de apoio social destinada às famílias carenciadas. Esta iniciativa visou proporcionar um Natal mais digno e afetuosos para 400 famílias em situação de vulnerabilidade social na comunidade de Lordelo do Ouro e Massarelos.

- No decurso do ano de 2024 realizamos três **passeios-convívio** abertos à população com mais de cinquenta e cinco anos de idade. As localidades de destino destes passeios foram **Fátima, Ribeira de Pena e Santo Tirso**. No total participaram nesta atividade mil e duzentos moradores.



GM

- **Gabinete de Psicologia** - Ao longo do ano 2024 foram realizadas 265 consultas de Psicologia. Iniciou-se a Terapia de grupo com um feedback muito positivo dos participantes. Igualmente nestas sessões tem sido realizado estimulação cognitiva aos utentes seniores. Este Gabinete foi procurado por novos utentes e a psicologia têm-se revelado particularmente importante, porquanto a Saúde Psicológica de todos, tem-se vindo a revelar imensamente frágil. Com o objetivo de possibilitar aos utentes que exercem atividade profissional um acompanhamento na consulta de Psicologia, foi alargado o horário de atendimento até às 18H. No que concerne aos tipos de patologias que mais têm sido diagnosticadas, salientamos as depressões moderadas e severas Major, as crises de ansiedade, perda de perspetiva de futuro, desesperança concomitantes com dificuldades económicas e um caso de violência doméstica. É um procurado maioritariamente por fregueses do género feminino e quanto à faixa etária: a média de idades situa-se entre os 35/60 anos.

- **Gabinete de Mediação** - Em 2024 foram atendidos neste gabinete 255 moradores. As temáticas abordadas estão relacionadas com a habitação, sobretudo com os contratos de arrendamento, resoluções, propostas de aumento de renda e incumprimentos.

Saúde

Na área da saúde, destacamos todos os protocolos existentes entre as várias entidades e esta Junta de Freguesia, com especial incidência para os protocolos com a Universidade Fernando Pessoa que tem realizado diversas consultas de medicina dentária à população desta União de Freguesias. A dinamização das parcerias e de projetos existentes no âmbito da saúde, bem como a procura de sinergias, possibilitaram alargar o leque de atividades e serviços disponibilizados aos residentes de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Destacamos a realização da **Feira da Saúde** - A 20 de maio realizou-se mais uma edição da Feira da Saúde. A mesma teve lugar no átrio do Clube Fluvial



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM' and several illegible signatures.

Portuense (Rua de Aleixo Mota). Durante todo o dia foi possível a realização de: rastreios gratuitos, atividades de bem-estar e workshops.

- **Posto de Enfermagem** - Em 2024 foram atendidos neste gabinete 2226 moradores. As temáticas abordadas estão relacionadas com a habitação, sobretudo com os contratos de arrendamento, resoluções, propostas de aumento de renda e incumprimentos.

Cultura

No ano de 2024, o Pelouro da Cultura realizou uma variedade de atividades em diferentes locais da Freguesia, bem como em espaços ao ar livre, e sob gestão ou apoio desta autarquia. Priorizamos uma abordagem cultural que promove a proximidade, implementando iniciativas voltadas para diversos públicos, em várias locais da freguesia e envolvendo um número crescente de participantes. Consideramos que estamos a alcançar este objetivo, pois continuamos a observar uma adesão satisfatória aos eventos que organizamos, tanto regulares quanto esporádicos. Não hesitamos em destacar algumas atividades de caráter contínuo que nos enchem de orgulho devido ao sucesso que têm obtido. Um exemplo notável é o projeto "Fado Amador" ou o "Fado D'Ouro", agora completamente consolidado e reconhecido como uma das características distintivas de nossa cultura dinâmica. Realizado em associações, estes dois projetos continuam a proporcionar momentos animados para os residentes, oferecendo experiências enriquecedoras através da divulgação deste género musical, reconhecido como Património Imaterial da Humanidade, e permitindo o contato direto com seus os intérpretes e guitarristas do Fado.

Assim descreve-se as atividades desenvolvidas:

- **XIII Encontro Das Janeiras** - A 27 de janeiro decorreu XII Encontro Das Janeiras -GFESIDH na Igreja do Santíssimo Sacramento. Neste encontro participaram diversos grupos: - Escuteiros do Agrupamento N° 449 do Santíssimo Sacramento; Grupo Folclórico Lordelo do Ouro; Grupo de Folclore da Escola Secundária Infante D. Henrique; Jardim de Infância da Escola EB1 do



GM

Agrupamento da Escola Infante D. Henrique e o Rancho Folclórico São Salvador de Grijó.

- **Dia da Mulher** - Dia da Mulher, 08 de março, reconhecemos a determinação, a capacidade de superação e a extraordinária essência de todas as mulheres em todo o mundo. Que o Dia Internacional da Mulher seja um lembrete do nosso compromisso constante com a busca da igualdade e da equidade. Para marcar esta ocasião, a Uflom decidiu oferecer uma pequena lembrança a todas as colaboradoras e também às utentes dos espaços séniores da autarquia.

- **Rusga de S. João** - As Rusgas de São João são um espetáculo de tradição e de orgulho para a cidade do Porto. A rusga da UFLOM, com a sua energia contagiante, demonstra a união da comunidade e, principalmente, o orgulho de divulgar a cultura, as pessoas e os costumes desta bela freguesia. O desfile das rusgas decorreu a 22 de junho e esta União de Freguesias alcançou o 2º lugar. Neste desfile contamos com a participação de 200 participantes.

- **Sardinhada de São João Sénior** - Nos Espaços Seniores festejou-se a 19 Junho os Santos Populares com a tradicional sardinhada. Neste dia noventa e cinco utentes juntaram-se num almoço no Centro Social da Arrábida onde não faltou a animação, a dança e as tradicionais sardinhas assadas na brasa.

- **Festas de São João** - As grandiosas festas de São João de Lordelo do Ouro e Massarelos tiveram um programa fantástico com música ao vivo, bandas e artistas de renome garantindo animação para todos os gostos. Além disso, os petiscos tradicionais nas barraquinhas fizeram as delícias dos presentes, com sabores típicos que não podem faltar numa festa de São João. Esta festa cheia de alegria e tradição decorrem de 14 a 30 de Junho no palco do Largo do Calém e no Cais das Pedras. A UFLOM assegurou a atribuição de barraquinhas às associações que demonstraram interesse.

- **Programa Vizinhanças** - O "Vizinhanças" propõe uma viagem à volta do mundo com uma série de propostas, de acesso livre, e aconteceu a 11 de agosto.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters 'GM'.

Quantos vizinhos vivem, verdadeiramente, ao nosso lado? Quantos são aqueles que podemos considerar verdadeiros vizinhos? Os que encontramos ao lado de casa, a passear o cão ou a praticar a habitual corrida no final de um dia de trabalho, os que metem a chave na fechadura à mesma hora que nós, os que nos oferecem alguns dos legumes que plantam na horta ao nosso lado? O que é, afinal, ser vizinho? Viver paredes meias connosco ou abraçar um território da mesma forma que nós o fazemos? A UFLOM esteve presente no decurso desta atividade.

- **XIV Festival Folclore Dr. Pedro Homem de Mello** - A Concha Acústica do Palácio de Cristal acolheu o XIV Festival de Folclore Dr. Pedro Homem de Mello a 30 de junho. Nesta edição, além do Grupo de Folclore da Escola Secundária Infante D. Henrique participaram a Associação Folclórica Cantarinhas da Triana e o Grupo de Folclore de São Cosme Gondomar.

- **Festas de Santa Ana** - A 29 de julho decorreram as festas em honra de Santa Ana. Assim, com um programa de animação musical vizinhos e comunidade em geral compareceram à noite de baile bem como a já tradicional celebração eucarística na capela.

- **VIII Gala do Fado Amador** - A 21 de setembro decorreu, no Teatro do Campo Alegre, a Gala de Fado numa noite muito especial que contou com as atuações dos fadistas que fizeram parte do júri nas edições anteriores do Concurso de Fado Amador desta União das Freguesias. Nesta atividade estiveram presentes uma centena de pessoas. Foi uma noite recheada de fado, de muitas surpresas.

- **Fado D' Ouro** - No dia 5 de outubro, o encanto do Fado D'Ouro regressou para cativar os corações em Lordelo do Ouro e Massarelos. Este evento tão aguardado teve lugar na Associação de Moradores do Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres. Foi uma esta noite especial onde se apreciou a beleza única do fado e desfrutou-se de uma experiência memorável.



GM

- **Cinema** - Setenta séniores da UFLOM tiveram a oportunidade de participar na iniciativa Animatographo: Contos de Natal, uma série encantadora de curtas-metragens exibidas no Auditório Municipal da Biblioteca Almeida Garret.

Desporto e Associativismo

Este órgão autárquico manteve o apoio constante a diversas coletividades para a promoção da prática desportiva. A UFLOM pretende continuar a apoiar o desporto na freguesia melhorando assim a saúde de todos os residentes.

- **25 de Abril - Descida de Barcos** - Inserida nas comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, a ANDC Portus Cale, com o apoio da UF de Lordelo do Douro e Massarelos, organizou uma descida em barcos de lazer entre o Areinho e o posto náutico daquela coletividade. Aos participantes, foi oferecida a t-shirt alusiva à Descida pela Liberdade e, no final, houve um pequeno churrasco/convívio. Neste dia aproveitou-se para abrir as portas do clube a todos para que pudessem ver a evolução das instalações, nomeadamente a intervenção no túnel e no cais de embarcações levada a cabo pela APDL.

- **Orçamento Colaborativo** - A cerimónia de assinatura dos protocolos do Orçamento Colaborativo decorreu a 09 de julho no salão nobre de Lordelo do Ouro.

- **Noites de Verão** - 13 e 14 de setembro, todas as estradas conduziram ao Bairro Dr. Nuno **Pinheiro Torres**, para duas noites repletas de música e diversão. Estas festas animaram a comunidade com um ambiente festivo e descontraído, contando com o apoio da União de Freguesias, que se orgulha de apoiar eventos que promovem o convívio e o espírito da união entre os moradores.

- **Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense** - A cerimónia de assinatura dos protocolos do Orçamento Colaborativo decorreu a 27 de setembro no salão nobre de Lordelo do Ouro.

- **Árvore de Natal Comunitária**- O espírito natalício levou-nos este ano, a convidar a comunidade a unir esforços para criar a mais bonita Árvore de Natal,



GM
DA
3
F

a "Nossa Árvore UFLOM". Localizada na sede da Junta de Freguesia e no Edifício de Massarelos. Para tornar esta iniciativa verdadeiramente especial, a junta de freguesia apelou a todos os membros, coletividades e entidades da freguesia para contribuírem com adereços de Natal feitos à mão. A ideia é transformar estas árvores públicas num espetáculo de luzes, cores e criatividade, que todos possam apreciar ao passar.

- No quadro que se apresenta estão as coletividades/ associações que receberam apoio bem e os valores atribuídos:

Coletividades / Associações	Valor Atribuído
Ágil Associação de Jovens de Lordelo	300,00 €
Associação de Moradores de Massarelos	1 600,00 €
Associação de Moradores do Bairro da Mouteira	1 250,00 €
Associação de Moradores do Bairro antigo da Pasteleira	1 250,00 €
Associação de Moradores do Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres	4 390,00 €
Associação de Promoção Social da População do Bairro do Aleixo	1 250,00 €
Associação dos Doentes Renais	1 000,00 €
Associação dos Pescadores Profissionais e Desportivos do Cais do Ouro	750,00 €
Associação Náutica Desportiva e cultural Portus Cale	3 053,50 €
Associação Nova Urbanização das Condominhas	1 395,99 €
Associação Vida Norte	1 000,00 €
Caminhos de Amor – Associação de apoio aos mais carenciados	750,00 €
Casa de Lordelo – Associação das Obras Sociais de S. Vicente de Paulo	2 485,00 €
Cegonha Simpática – Associação de Ação Social	1 138,55 €
Centro Social Paroquial do Santíssimo Sacramento	1 000,00 €
Clube Fluvial Portuense	3 000,00 €



GM
D
B
D
F

Centro de Dança do Porto, Lda	620,00 €
Clube Infante de Sagres	1 600,00 €
Espaço T	1 000,00 €
Liga Portuguesa Contra o Cancro	210,00 €
Grupo de Folclore da Escola Secundária Infante D. Henrique	2 440,00 €
Grupo de Accção Social do Porto- G.A.S. PORTO	500,00 €
Grupo Folclórico de Lordelo do Ouro	2 490,00 €
Núcleo de Defesa do Meio Ambiente Lordelo do Ouro	850,00 €
Instituto Pernambuco-Porto	4 538,22 €
Obra Social Nossa Senhora da Boa Viagem	1 250,00 €
Real Assoc. Humanitária dos Bombeiros voluntários do Porto	5 000,00 €
Somos Nós – Associação para a Autonomia e Integração de Jovens Deficientes	3 216,56 €
União Desportiva de Massarelos	1 175,00 €
Total	50 502,82€

Habitação & Segurança

No setor habitacional, temos mantido comunicação constante com o Pelouro da Habitação da Câmara Municipal do Porto e com a Empresa Municipal de Habitação Social (Domus Social). O Gabinete de Serviço Social desempenha um papel fundamental na abordagem e na resolução das várias questões enfrentadas pelos residentes dos Bairros Sociais nesta União de Freguesias, além de lidar com outras sérias necessidades habitacionais que surgem no dia-a-dia nesta freguesia.

- Assim continuamos a apoiar os moradores no preenchimento de todos os requisitos e submissão da **atualização de dados**. Ou seja, a Domus Social iniciou, a 11 de dezembro, o processo de atualização de dados dos residentes nas habitações do Parque Habitacional do Município do Porto e esta junta de



GM

Freguesia apoiou em todo o processo. Esta atualização integrou os aglomerados habitacionais: Agrupamento Habitacional da Pasteleira; Bessa Leite; Dr. Nuno Pinheiro Torres; Lordelo; Mouteira; Parceria e Antunes. O objetivo foi a atualização de dados dos agregados municipais, que permitirá prestar um serviço cada vez mais eficiente e personalizado, para além da adequação do valor da renda de acordo com os rendimentos, contribuindo para uma maior justiça social. Esta União de Freguesias colaborou com a Domus Social tendo realizado 12 atualizações.

- Apoiamos também na submissão das **Candidaturas à 13ª Edição do Programa Porto Solidário** que decorreram a partir do dia 26 de março de 2024, as candidaturas à 13ª Edição do Programa “Porto Solidário” que têm como finalidade conceder um apoio à renda de caráter temporário, por um prazo de 24 meses, a agregados familiares que se encontrem em situação de fragilidade económica e, por esse motivo, impossibilitados de cumprir compromissos contratuais, legalmente formalizados, de arrendamento ou de aquisição de habitação. A UFLOM colaborou com a Domus Social na submissão de trinta e quatro candidaturas.

- Para além da 13ª Edição a Domus Social lançou a 11 de dezembro mais uma **edição especial de candidaturas ao Programa Porto Solidário**, um programa de apoio à renda e prestação bancária das famílias. A UFLOM submeteu quinze candidaturas.

Ambiente

- Operação Tampinhas – Na sequência da operação Tampinhas, que se traduziu na recolha de tampas de plástico, que são canalizadas para reciclagem e o valor da verba é utilizado na doação de equipamentos médicos, ortopédicos, ou similares. A Junta, com essa ação, contando com a colaboração de todos os envolvidos, foi contemplada com três cadeiras que farão toda a diferença na vida dos seus fregueses.



GM
A
B
D

Gestão Administrativa

- Nos quadros infra são apresentados os relatórios sectoriais de todos os serviços quantificados e qualificados:

Espaço de cidadão	
Tipo de serviço	Nº
Instituto da Mobilidade e dos Transportes	247
Segurança Social	1406
Autoridade Tributária	410
Renovação do Cartão de Cidadão	0
AMA	804
IRN	0
Assuntos Diversos	48

Posto dos CTT de Lordelo	
Tipo de serviço	Nº
Vales enviados	226
Vales pagos	996
Cobranças	1751
Encomendas	960
Avisados	5211
EMS	420
Guias contratuais	127
Carregamento de telemóveis	34
Correio Registado	2974
Pagamento de SCUT	84

Secretaria	
Tipo de serviço	Nº
Atestados emitidos	1583
Licenças canídeos	364
Registo de canídeos	71

Cemitério	
Tipo de serviço	Nº
Inumações	164
Exumações	96
Transladações	26
Extrações de cinzas	46



GM

#

Orçamento Colaborativo

O Município do Porto, no âmbito de uma maior cooperação com as freguesias e a cidade do Porto e de modo a estabelecer uma relação de proximidade entre todos os habitantes, estabeleceu um contrato colaborativo com esta União de Freguesias. Este instrumento da democracia participativa através do qual os cidadãos têm a possibilidade de apresentarem propostas de investimento que promovam a sustentabilidade nas vertentes: cultura, economia e coesão social. O orçamento colaborativo em 2024 contemplou a execução de vinte projetos., num total de 150.000,00€.

Fundo de Associativismo

A este fundo podem candidatar-se todas as associações, coletividades e clubes, sem fins lucrativos, com atividade regular, que se encontrem legalmente constituídas e em condições de cumprir com a entrega dos documentos obrigatórios, tenham os respetivos órgãos sociais eleitos e em exercício efetivo de funções e cuja sede fiscal seja na UFLOM. Os quatro eixos elegíveis são: a Coesão Social, a Cultura e Animação, o Desporto e o sector da Juventude e Ambiente. O Fundo de Apoio ao Associativismo em 2024 contemplou a execução de quinze projetos, num total de 120.000,00€.

6. Relato Orçamental

No fim de mais um exercício económico e financeiro foram elaborados os documentos de Prestação de Contas, de modo rigoroso e transparente, de acordo com os princípios estabelecidos nas normas legais.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM' and 'AB'.

Tais documentos comportam um conjunto muito diversificado de informação, que se pretende simples e objetiva, de modo a servir os diferentes públicos interessados: institucionais, cidadãos e entidades fiscalizadoras.

Quadro n.º 1

Síntese da Execução do Orçamento

Designação	Orçamento		Execução	Taxa Execução
	Inicial	Final		
Receitas	1 634 618,61 €	2 112 330,22 €	2 273 866,62 €	107,65%
Despesas	1 634 618,61 €	2 112 330,22 €	1 644 366,16 €	77,85%

O orçamento inicial para 2024 foi aprovado inicialmente com uma previsão de 1.634.618,61 €, finalizando com 2.112.330,22 €.

Comparando os valores previstos no Orçamento Inicial e Final com os montantes executados da Receita e da Despesa, a taxa de execução da receita do ano é de 107,65% sendo superior à taxa de execução da despesa, situando-se esta nos 77,85%.

Resultado Orçamental

A receita cobrada totalizou 2.273.866,62 €, face à receita corrigida teve apresenta uma execução de 107,65%.

Quadro n.º 2

Receita Corrigida vs Receita Cobrada



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM' and 'D'.

	Receita Corrigida	%	Receita Cobrada	%	Varição	%
Receitas Correntes	1 634 588,61 €	77,38%	1 796 155,01 €	78,99%	161 566,40 €	
Receitas de Capital	30,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-30,00 €	
Outras Receitas	477 711,61 €	22,62%	477 711,61 €	21,01%	0,00 €	
	2 112 330,22 €		2 273 866,62 €		161 536,40 €	107,65%

A despesa apresenta uma execução de 77,85%. A despesa global paga rondou os 1.644 mil euros, apresentando, contudo, um desvio de 467 mil euros relativamente ao orçamento final aprovado.

Quadro n.º 3

Despesa Corrigida vs Despesa Paga

	Despesa Corrigida	%	Despesa Paga	%	Varição	%
Despesa corrente	1 816 320,22 €	85,99%	1 627 540,22 €	98,98%	-188 780,00 €	
Despesa de capital	296 010,00 €	14,01%	16 825,94 €	1,02%	-279 184,06 €	
	2 112 330,22 €		1 644 366,16 €		-467 964,06 €	77,85%

Em termos relativos verifica-se a receita corrente representa 78,99% da receita cobrada total. Na componente da despesa o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 98,98% da despesa total.

No quadro seguinte é exposto o resultado orçamental de 2024, verificando-se uma poupança corrente no montante de 168.614,79 €, utilizada para cobrir parte da despesa de capital paga.

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, determina o modelo orçamental e contabilístico das autarquias locais, ao estabelecer que o Orçamento deve prever as receitas para cobrir as despesas,



obrigando a que as receitas correntes sejam, pelo menos iguais às despesas correntes. Esta norma foi mantida na presente execução orçamental.

Quadro n.º 4

Resultado Orçamental

Resultado Orçamental	2024
Receita corrente cobrada	1 796 155,01 €
Despesa corrente paga	1 627 540,22 €
Poupança Corrente	168 614,79 €
Receita capital cobrada	0,00 €
Despesa capital paga	16 825,94 €
Saldo de Capital	-16 825,94 €
Receita Total cobrada	1 796 155,01 €
Despesa Total paga	1 644 366,16 €
Saldo da gerência anterior	841 415,43 €
Saldo Orçamental	993 204,28 €

As Operações de Tesouraria não fazem parte do orçamento, referem-se aos valores recebidos de terceiros e que serão pagos pela autarquia, servindo esta como intermediário obrigatório. O mapa seguinte reflete todas as operações efetuadas durante o presente exercício.

Quadro n.º 5

Operações de tesouraria

Operações de Tesouraria	Saldo Gerência Anterior	Movimento Débito	Movimento Crédito	Saldo para a Gerência Seguinte
	5 190,97 €	4 869,32 €	9 816,25 €	10 137,90 €

O saldo a transitar para a gerência seguinte é de 1.003.342,18 €, que se decompõe em 993.204,28 € de saldo de operações orçamentais e 10.137,90 € de saldo de operações de tesouraria.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Quadro n.º 6

Saldo para a gerência seguinte

DESCRIÇÃO	Montante
Saldo Orçamental	993 204,28 €
Saldo Operações de tesouraria	10 137,90 €
Saldo para o mês Seguinte	1 003 342,18



Receita

As receitas da autarquia podem ser divididas em dois grandes grupos:

- Receitas próprias, que englobam os recursos financeiros que as freguesias podem arrecadar ao abrigo do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (artigo 23.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro), nomeadamente: a cobrança de impostos, taxas, multas e outras penalidades e o produto da venda de bens e serviços correntes;
- Transferências, que podem assumir uma natureza corrente ou de capital e que por norma referem-se a rendimentos de transações que não envolvem uma contraprestação direta por parte da autarquia.

Estando a concretização da autonomia financeira das autarquias locais necessariamente dependente dos meios colocados ao seu dispor, para prossecução dos fins próprios, será relevante referir que os resultados da execução orçamental ainda estão muito dependentes das verbas transferidas diretamente do Orçamento de Estado.

A estrutura da execução da receita, no ano de 2024, encontra-se representada no quadro seguinte, permitindo uma avaliação da receita, não só através da análise ao grau de execução orçamental dos diferentes capítulos, assim como do peso de cada capítulo na receita global arrecadada pela autarquia.

Da análise ao quadro, é possível observar que a receita é constituída, maioritariamente, por Transferências Correntes (70,61%) e por Taxas, Multas e Outras Penalidades e Venda de bens e serviços correntes, que representam, conjuntamente, 5,26% da receita total arrecadada.

O desempenho orçamental da receita registou no exercício uma boa execução face ao previsional, apresentando um grau de execução de 107,65% (incluindo na análise o efeito do saldo da gerência anterior).



Gu
[Handwritten signatures and initials]

Quadro n.º 7

Análise orçamental da receita

Descrição	Orçamento Receita	Receita Corrigida	Receita Cobrada	Grau de Execução	Peso (%)
Impostos Diretos	70 024,00 €	70 024,00 €	69 429,96 €	99,15%	3,05%
Impostos Indiretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	20 514,00 €	20 514,00 €	15 391,57 €	75,03%	0,68%
Rendimentos da Propriedade	10,00 €	10,00 €	91,97 €	919,70%	0,00%
Transferências Correntes	1 441 904,61 €	1 441 904,61 €	1 605 562,70 €	111,35%	70,61%
Vendas de Bens/Serv. Correntes	102 126,00 €	102 126,00 €	104 114,41 €	101,95%	4,58%
Outras Receitas Correntes	10,00 €	10,00 €	1 564,40 €	15644,00%	0,07%
Receita Corrente	1 634 588,61 €	1 634 588,61 €	1 796 155,01 €	109,88%	78,99%
Receita de Capital					
Vendas de Bens de Investimento	10,00 €	10,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Transferências Capital	10,00 €	10,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Ativos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Outras Receitas Capital	10,00 €	10,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Receita de Capital	30,00 €	30,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Saldo da gerência anterior	0,00 €	477 711,61 €	477 711,61 €	100,00%	21,01%
Outras Receitas	0,00 €	477 711,61 €	477 711,61 €	100,00%	21,01%
Total da Receita	1 634 618,61 €	2 112 330,22 €	2 273 866,62 €	107,65%	100,00%

A rubrica em destaque na receita corrente é a Transferências Correntes cujo montante de receita cobrada atingiu os 1.605.562,70 euros, com uma taxa de execução de 111,35%.

A receita de capital cobrada apresenta uma execução de 0,00% face à receita de capital corrigida.

Quadro n.º 8

Estrutura da Receita

	2024	%
Receitas Correntes	1 796 155,01 €	78,99%
Receitas de Capital	- €	0,00%
Outras Receitas	477 711,61 €	21,01%
Total	2 273 866,62 €	

A rubrica “outras receitas” apresenta nesta execução um montante de 477.711,61 euros, representando 21,01% da receita total. A receita corrente representa uma percentagem de 78,99%.



GM
[Handwritten signatures]

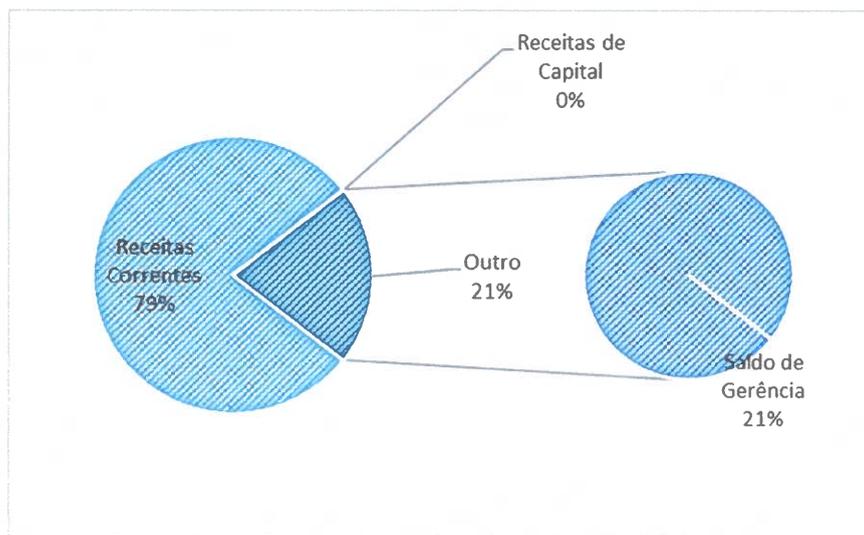


Gráfico 1 Estrutura da Receita

Evolução da Receita

No quadro abaixo apresenta-se a evolução da receita cobrada nos últimos quatro anos.

Verifica-se uma inclinação crescente da receita corrente cobrada desde o ano de 2020. Face a 2023, o ano de 2024 encerra com um aumento na receita total cobrada na ordem dos 243 mil euros.

Quadro n.º 9

Evolução da Receita

	2021	2022	2023	2024
Receitas Correntes	1 213 944,07 €	1 506 386,83 €	1 553 478,01 €	1 796 155,01 €
Receitas directas	65 723,22 €	67 095,06 €	67 158,37 €	69 429,96 €
Receitas indirectas	- €	- €	- €	- €
Impostos, multas e outras penalidades	8 141,16 €	16 619,84 €	17 001,72 €	15 391,57 €
Impostos da propriedade	- €	13,13 €	- €	91,97 €
Transferências correntes	1 086 637,51 €	1 336 011,82 €	1 381 847,61 €	1 605 562,70 €
Receitas de bens e serviços correntes	50 446,96 €	83 596,10 €	85 323,95 €	104 114,41 €
Receitas correntes	2 995,22 €	3 050,88 €	2 146,36 €	1 564,40 €
Receitas de Capital	- €	- €	- €	- €
Receitas de bens de investimento	- €	- €	- €	- €
Transferências de capital	- €	- €	- €	- €
Receitas financeiros	- €	- €	- €	- €
Receitas financeiros	- €	- €	- €	- €
Receitas de capital	- €	- €	- €	- €
Total	1 213 944,07 €	1 506 386,83 €	1 553 478,01 €	1 796 155,01 €



Receitas Correntes

A Receita Corrente neste exercício ascende a 1.796 mil euros, sendo a rúbrica transferências e subsídios aquela que apresenta maior relevância nominal e percentual.

Quadro n.º 10

Estrutura da Receita Corrente

	2024	%
Receitas Correntes	1 796 155,01 €	
R1 Receita fiscal	69 429,96 €	3,87%
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas d	- €	0,00%
R3 Taxas, multas e outras penalidades	15 391,57 €	0,86%
R4 Rendimentos de propriedade	91,97 €	0,01%
R5 Transferências e subsídios correntes	1 605 562,70 €	89,39%
R6 Venda de bens e serviços	104 114,41 €	5,80%
R7 Outras receitas correntes	1 564,40 €	0,09%

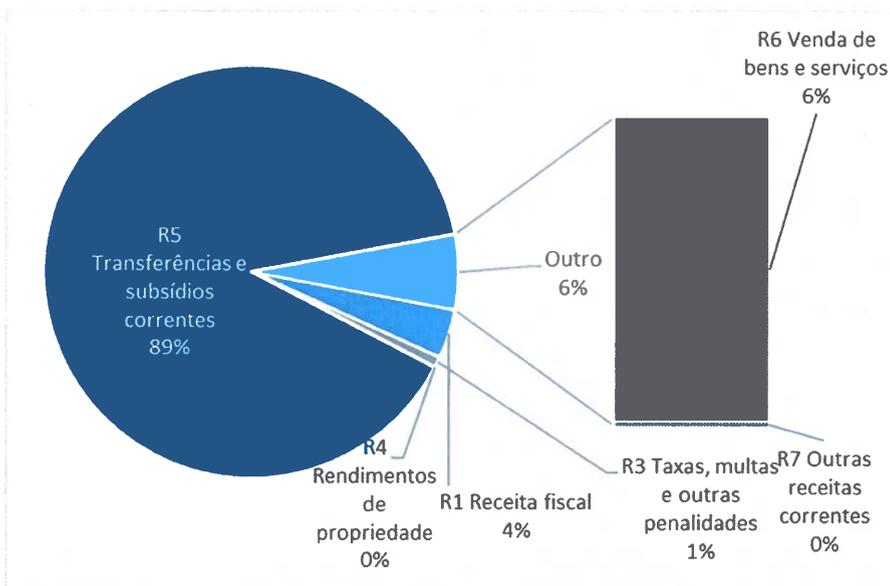


Gráfico 2 Estrutura da Receita corrente cobrada



Handwritten signatures and initials in blue ink.

01.	Impostos diretos	Montante	69 429,96 €
	SNC-AP Rúbrica R1		

Neste capítulo serão contabilizados os impostos diretos estabelecidos na Lei das Finanças Locais para as Freguesias, designadamente o imposto municipal sobre imóveis sobre os prédios rústicos e 1% do imposto municipal sobre imóveis sobre os prédios urbanos.

SNC-AP	Rubrica Classificação Económica	Orçamento Final	Executado
R1	Receita fiscal	70 024,00 €	69 429,96 €
	0102 - Impostos directos	70 024,00 €	69 429,96 €
	0202 - Impostos indirectos	- €	- €

04.	Taxas, multas e outras penalidades	Montante	15 391,57 €
	SNC-AP Rúbrica R3		

Neste capítulo serão contabilizadas as taxas específicas das autarquias locais, nomeadamente as taxas relativas ao registo e licenciamento de caniços e aos atestados.

SNC-AP	Rubrica Classificação Económica	Orçamento Final	Executado
R3	Taxas, multas e outras penalidades	20 514,00 €	15 391,57 €
	0401 - Taxas	20 504,00 €	15 391,57 €
	0402 - Multas e outras penalidades	10,00 €	- €

05.	Rendimentos de propriedade	Montante	91,97 €
	SNC-AP Rúbrica R4		

Neste capítulo serão contabilizadas as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos, edifícios e outros ativos incorpóreos.

SNC-AP	Rubrica Classificação Económica	Orçamento Final	Executado
R4	Rendimentos de propriedade	10,00 €	91,97 €
	0501 - Juros - Sociedades e quase-sociedades não financeiras	- €	- €
	0502 - Juros - Sociedades financeiras	10,00 €	91,97 €
	0510 - Rendas	- €	- €



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM' and 'D'.

06.	Transferências correntes	Montante	1 605 562,70 €
	SNC-AP Rúbrica R5		

Este capítulo contabiliza os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida.

A rúbrica 06.03.01.04 contempla a verba relativa ao Fundo Financiamento das Freguesias prevista em Orçamento de Estado.

A rúbrica 06.03.01.05 engloba a verba respeitante às transferências da DGAL para comparticipar os encargos previstos no art. 38.º, n.º 8 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e de acordo com a Lei n.º 11/96, de 18 de abril.

A rúbrica 06.03.01.06 engloba a verba relativa à transferência de Competências prevista na Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto.

A rúbrica 06.05.01 compreende as receitas provenientes do Município, em especial as previstas na delegação de competências e nos acordos de execução.

SNC-AP	Rubrica Classificação Económica	Orçamento Final	Executado
R5 Transferências e subsídios correntes		1 441 904,61 €	1 605 562,70 €
	0601 - Sociedades e quase-sociedades não financeiras	- €	- €
	0602 - Sociedades financeiras	- €	- €
	0603 - Administração Central	453 571,21 €	448 513,60 €
	0604 - Administração regional	- €	- €
	0605 - Administração local	840 246,71 €	993 493,15 €
	0606 - Segurança social	148 066,69 €	163 555,95 €
	0607 - Instituições sem fins lucrativos	20,00 €	- €
	0608 - Famílias	- €	- €

07.	Venda de bens e serviços correntes	Montante	104 114,41 €
	SNC-AP Rúbrica R6		

Neste Capítulo incluem-se, na generalidade, as receitas quer com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda com os recebimentos de prestação de serviços.

SNC-AP	Rubrica Classificação Económica	Orçamento Final	Executado
R6 Venda de bens e serviços		102 126,00 €	104 114,41 €
	0701 - Venda de bens	10,00 €	- €
	0702 - Serviços	80 542,00 €	83 675,41 €
	0703 - Rendas	21 574,00 €	20 439,00 €



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM' and 'D'.

08.	Outras Receitas Correntes	Montante	1 564,40 €
SNC-AP Rúbrica R7			

Inclui as receitas não tipificadas nos capítulos anteriores da receita corrente.

Compreende as receitas cobradas e que não estão tipificadas em artigo próprio deste grupo, como sejam as resultantes das indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais, a indemnização de estragos provocados por outrém em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às entidades e as recuperações de IVA.

SNC-AP	Rubrica Classificação Económica	Orçamento Final	Executado
R7 Outras receitas correntes		10,00 €	1 564,40 €
	0801 - Outras	10,00 €	1 564,40 €
	0802 - Subsídios	- €	- €

09.	Venda de bens de investimento	Montante	0,00 €
SNC-AP Rúbrica R8			

Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que na aquisição ou construção tenham sido contabilizados como investimento. Consideram-se neste capítulo as vendas de bens de capital em qualquer estado, inclusive os que tenham ultrapassado o período máximo de vida útil.

SNC-AP	Rubrica Classificação Económica	Orçamento Final	Executado
R8 Venda de bens de investimento		10,00 €	- €
	0901 - Terrenos	- €	- €
	0902 - Habitações	- €	- €
	0903 - Edifícios	- €	- €
	0904 - Outros bens de investimento	10,00 €	- €

10.	Transferências de Capital	Montante	0,00 €
SNC-AP Rúbrica R9			

Entende-se por transferências de capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

SNC-AP	Rubrica Classificação Económica	Orçamento Final	Executado
R9 Transferências e subsídios de capital		10,00 €	- €
	1001 - Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10,00 €	- €
	1002 - Sociedades financeiras	- €	- €
	1003 - Estado	- €	- €
	1004 - Administração regional	- €	- €
	1005 - Administração local	- €	- €
	1006 - Segurança Social	- €	- €
	1007 - Instituições sem fins lucrativos	- €	- €
	1008 - Famílias	- €	- €

Outras Receitas

Em relação à rubrica “Outras Receitas” destacamos a utilização do saldo de gerência no montante de 477.711,61 €.

Quadro n.º 11

Outras receitas

	2024	%
Outras Receitas	477 711,61 €	
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	- €	0,00%
R14 Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	477 711,61 €	100,00%

16.	Saldo da gerência anterior	Montante	477 711,61 €
	SNC-AP Rúbrica R14		

O saldo da gerência anterior no montante de 841.415,43 euros foi utilizado parcialmente no presente exercício:

SNC-AP	Rubrica Classificação Económica	Orçamento Final	Executado
R14 Saldo da gerência anterior - operações orçamentais		477 711,61 €	477 711,61 €
	1601 - Saldo da gerência anterior	477 711,61 €	477 711,61 €



GM
[Handwritten signatures]

Despesa

A despesa global paga rondou os 1.644 mil euros, apresentando, contudo, um desvio de 468 mil euros relativamente ao orçamento final aprovado.

O Quadro abaixo resume na ótica da classificação económica, o total da despesa orçamental contabilizada, comparando os valores previstos com os realmente pagos, enquanto o Gráfico é elucidativo da respetiva estrutura.

Quadro n.º 12

Estrutura e Execução Orçamental da Despesa por classificação económica

Descrição		Orçamento Despesa	Despesa Corrigida	Despesa Paga	Grau de Execução	Peso (%)
Despesa Corrente	Despesas com o pessoal	707 622,39 €	748 118,12 €	709 699,33 €	94,86%	43,16%
	Aquisição de bens e Serviços	521 063,53 €	633 078,93 €	538 164,40 €	85,01%	32,73%
	Juros e outros encargos	100,00 €	5,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
	Transferências correntes	180 952,00 €	188 552,00 €	179 833,64 €	95,38%	10,94%
	Subsídios	46 608,89 €	48 608,89 €	27 855,87 €	57,31%	1,69%
	Outras despesas Correntes	164 761,80 €	197 957,28 €	171 986,98 €	86,88%	10,46%
Total de Despesa Corrente		1 621 108,61 €	1 816 320,22 €	1 627 540,22 €	89,61%	98,98%
Despesa de Capital	Aquisição de bens de capital	13 510,00 €	296 010,00 €	16 825,94 €	5,68%	1,02%
	Transferências de Capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
	Activos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
	Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
	Outras Despesas Capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Total de Despesa Capital		13 510,00 €	296 010,00 €	16 825,94 €	5,68%	1,02%
Total da Despesa		1 634 618,61 €	2 112 330,22 €	1 644 366,16 €	77,85%	100,00%

No ano de 2024, revelaram-se como agrupamentos de maior peso estrutural: as Despesas com pessoal (43,16%) e a Aquisição de bens e serviços Correntes que representa 32,73% da despesa total paga.

Da análise ao quadro anterior verifica-se que a despesa paga apresentou um grau de execução de 77,85%, dos quais 98,98% destinaram-se ao pagamento de despesas de natureza corrente. O remanescente (1,02%) foi aplicado no financiamento do investimento, o qual atingiu no ano de 2024 um volume executado de, aproximadamente, 17 mil euros.



Gu
H
B
[Signature]

Quadro n.º 13

Estrutura da Despesa

	2024	%
Despesa corrente	1 627 540,22 €	98,98%
Despesa de capital	16 825,94 €	1,02%
Total	1 644 366,16 €	

A despesa corrente apresenta nesta execução um montante de 1.627 mil euros, representando 98,98% da despesa total, enquanto a despesa de capital representa 1,02%.

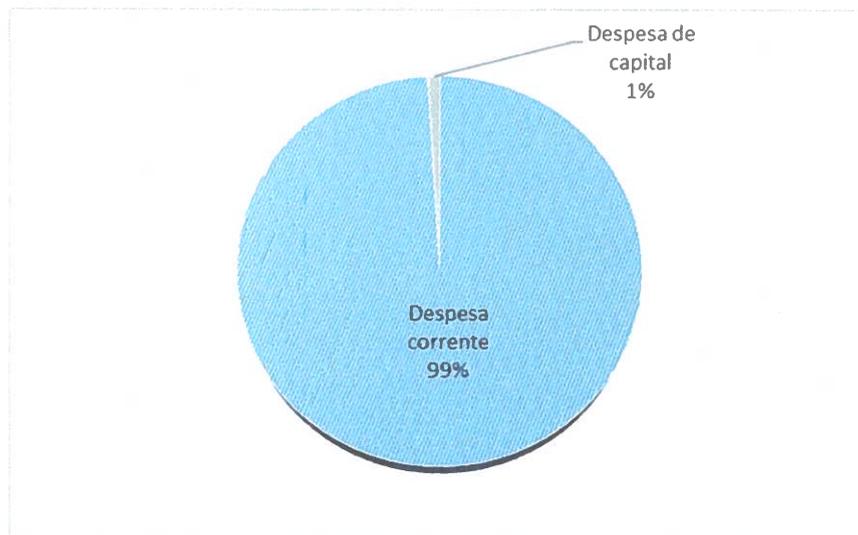


Gráfico 3 Estrutura da Despesa

Evolução da Despesa

No quadro seguinte encontra-se registada a evolução da despesa corrente paga, nos anos 2023 e 2024. Comparativamente verificou-se um aumento global de 14,61%. De salientar que a rubrica “despesas com o pessoal” apresenta um aumento no seu peso percentual total.



Quadro n.º 14

Evolução da Despesa Corrente

	2023	%	2024	%
Despesas Correntes	1 420 097,91 €		1 627 540,22 €	
Despesas com o pessoal	579 207,18 €	40,79%	709 699,33 €	43,61%
Aquisição de bens e serviços	463 419,19 €	32,63%	538 164,40 €	33,07%
Juros e outros encargos	- €	0,00%	- €	0,00%
Transferências correntes	183 227,87 €	12,90%	179 833,64 €	11,05%
Subsídios	43 203,36 €	3,04%	27 855,87 €	1,71%
Outras despesas correntes	151 040,31 €	10,64%	171 986,98 €	10,57%
Total / Variação				14,61%

A despesa de capital paga ascendeu em 2024 a cerca de 17 mil euros, em 2023 aquele valor fixou-se nos 31 mil euros, originando assim um decréscimo de 46,33%

Quadro n.º 15

Evolução da Despesa de Capital

	2023	%	2024	%
Despesas de Capital	31 350,72 €		16 825,94 €	
Aquisição de bens de capital	31 350,72 €	100,00%	16 825,94 €	100,00%
Transferências de capital	- €	0,00%	- €	0,00%
Activos financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%
Passivos financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%
Outras despesas de capital	- €	0,00%	- €	0,00%
Total / Variação				-46,33%

Em termos de despesa efetivamente assumida, os compromissos anuais assumidos no período ascenderam a 1.665.877,66 €, transitando para o ano seguinte compromissos por pagar, no valor de 7.796,80 €. A execução global, considerando esses compromissos seria de 78,86%. Vão transitar para o ano seguinte obrigações por pagar no montante de 15.584,70 €.



GM
[Handwritten signatures]

Quadro n.º 16

Taxa de Execução da despesa

Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Pagamentos
1 634 618,61 €	2 112 330,22 €	1 665 877,67 €	1 665 877,66 €	1 657 950,86 €	1 644 366,16 €
% Execução			78,86%	78,49%	77,85%

Compromissos a transitar 7 926,80 €

Obrigações por pagar 13 584,70 €

Despesa Corrente

A despesa Corrente neste exercício ascende a 1.627 mil euros, sendo a rubrica Despesas com pessoal aquela que apresenta maior relevância nominal e percentual.

Quadro n.º 17

Estrutura da despesa corrente

	2024	%
Despesas Correntes		
D1 Despesas com o pessoal	709 699,33 €	43,61%
D2 Aquisição de bens e serviços	538 164,40 €	33,07%
D3 Juros e outros encargos	- €	0,00%
D4 Transferências e subsídios correntes	207 689,51 €	12,76%
D5 Outras despesas correntes	171 986,98 €	10,57%
	1 627 540,22 €	



Handwritten signatures and initials in blue ink.

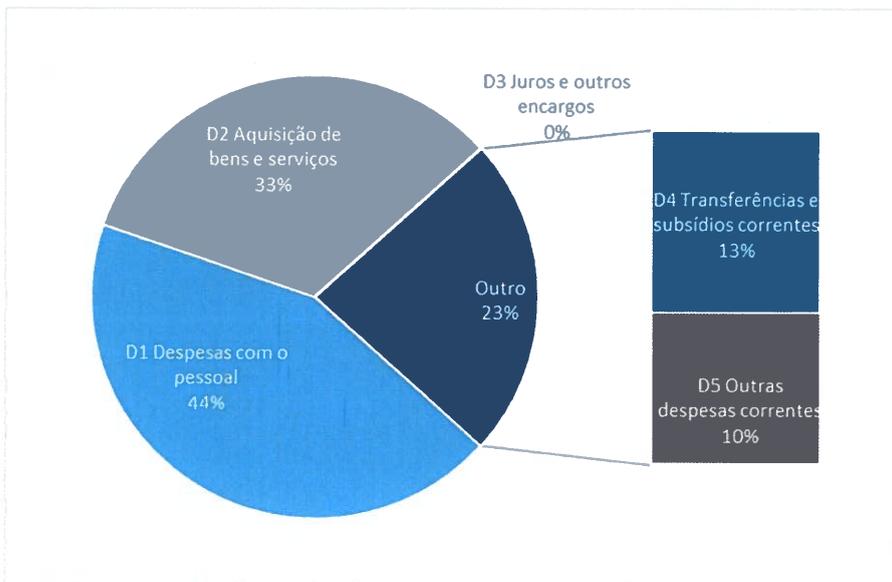


Gráfico 4 Estrutura da Despesa corrente paga

01	Pessoal	Montante	709 699,33 €
SNC-AP Rúbrica D1			

Neste capítulo devem considerar-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem, contudo, serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou de avença.

As despesas com pessoal constituídas pelo somatório de 3 subgrupos de despesa: - remunerações certas e permanentes; abonos variáveis ou eventuais e encargos com a segurança social.

SNC-AP	Rubrica Classificação Económica	Orçamento Final	Executado
D1 Despesas com o pessoal		748 118,12 €	709 699,33 €
	0101 - Remunerações certas e permanentes	570 552,27 €	549 523,82 €
	0102 - Abonos variáveis ou eventuais	28 934,20 €	24 090,12 €
	0103 - Segurança social	148 631,65 €	136 085,39 €



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM' and other illegible marks.

02	Aquisição de bens e serviços correntes	Montante	538 164,40 €
SNC-AP Rúbrica D2			

O agrupamento das aquisições de bens e serviços compreende por um lado as despesas de funcionamento necessárias para o exercício da atividade normal da autarquia, assim como todos os fornecimentos para a prossecução das competências que lhe foram delegadas.

SNC-AP	Rubrica Classificação Económica	Orçamento Final	Executado
D2	Aquisição de bens e serviços	633 078,93 €	538 164,40 €
	0201 - Aquisição de bens	133 037,55 €	110 292,42 €
	020102 - Combustíveis e lubrificantes	8 204,00 €	6 988,40 €
	020103 - Munições, explosivos e artificios	- €	- €
	020104 - Limpeza e higiene	7 475,35 €	6 411,03 €
	020105 - Alimentação - Refeições confeccionadas	30 550,00 €	28 964,38 €
	020106 - Alimentação - Géneros para confecciona	49 638,60 €	43 689,97 €
	020107 - Vestuário e artigos pessoais	2 100,00 €	690,53 €
	020108 - Material de escritório	15 800,00 €	10 146,07 €
	020110 - Transportes	500,00 €	- €
	020111 - Material de consumo clínico	600,00 €	93,04 €
	020112 - Material de transporte - Peças	100,00 €	- €
	020115 - Prémios, condecorações e ofertas	6 000,00 €	5 751,21 €
	020117 - Ferramentas e utensílios	3 900,00 €	2 920,72 €
	020118 - Livros e documentação técnica	100,00 €	- €
	020119 - Artigos honoríficos e de decoração	300,00 €	- €
	020120 - Material de educação, cultura e recreio	700,00 €	180,99 €
	020121 - Outros bens	7 069,60 €	4 456,08 €
	0202 - Aquisição de serviços	500 041,38 €	427 871,98 €
	020201 - Encargos das instalações	24 835,00 €	22 793,51 €
	020203 - Conservação de bens	10 467,00 €	5 933,65 €
	020204 - Locação de edifícios	3 675,00 €	2 629,84 €
	020208 - Locação de outros bens	10,00 €	- €
	020209 - Comunicações	9 700,00 €	7 924,10 €
	020210 - Transportes	600,00 €	342,28 €
	020211 - Representação dos serviços	1 000,00 €	990,00 €
	020212 - Seguros	7 100,00 €	7 056,04 €
	020213 - Deslocações e estadas	500,00 €	323,70 €
	020214 - Estudos, pareceres, projectos e consulta	6 406,00 €	6 395,99 €
	020215 - Formação	1 000,00 €	40,00 €
	020216 - Seminários, exposições e similares	10,00 €	- €
	020217 - Publicidade	1 395,00 €	1 193,62 €
	020218 - Vigilância e segurança	1 750,00 €	159,23 €
	020219 - Assistência técnica	4 010,00 €	2 532,62 €
	020220 - Outros trabalhos especializados	134 192,50 €	111 741,81 €
	020222 - Serviços de saúde	1 595,53 €	1 249,60 €
	020225 - Outros serviços	291 795,35 €	256 565,99 €



Handwritten signatures and initials in blue ink.

04.	Transferência corrente	Montante	179 833,64 €
	SNC-AP Rúbrica D4		

Neste capítulo são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes tais como o apoio às atividades desenvolvidas pelas Instituições de Solidariedade Social, de Cultura, Recreio e Desporto da e na Freguesia, através da celebração de protocolos.

04.08.02. - Famílias - Outros

Pagamento de encargos relativos a apoios sociais e ao pagamento de subsídio ocupacional, previsto nos programas ocupacionais do IEFP.

05.	Subsídios	Montante	27 855,87 €
	SNC-AP Rúbrica D4		

Os subsídios em epígrafe tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspeto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Consideram-se «Subsídios» os fluxos financeiros não reembolsáveis.

Rubrica		Orçamento	Executado
SNC-AP	Classificação Económica	Final	
D4 Transferências e subsídios correntes		237 160,89 €	207 689,51 €
	0401 - Sociedades e quase-sociedades não financeiras	2 022,00 €	2 017,54 €
	0403 - Administração central	- €	- €
	0404 - Administração regional	- €	- €
	0405 - Administração local	8 010,00 €	7 500,00 €
	0406 - Segurança social	- €	- €
	0407 - Instituições sem fins lucrativos	178 520,00 €	170 316,10 €
	0408 - Famílias	- €	- €
	0409 - Resto do mundo	- €	- €
	0501 - Sociedades e quase-sociedades não financeiras	- €	- €
	0508 - Famílias	48 608,89 €	27 855,87 €

06.	Outras despesas correntes	Montante	171 986,98 €
	SNC-AP Rúbrica D5		



Esta é uma rubrica económica com uma função meramente residual, onde se registará todas as despesas correntes não previstas nos outros classificadores e o montante estabelecido para o orçamento colaborativo.

SNC-AP	Rubrica Classificação Económica	Orçamento Final	Executado
D5	Outras despesas correntes	197 957,28 €	171 986,98 €
	0602 - Diversas	197 957,28 €	171 986,98 €
		- €	- €

Despesa de Capital

A despesa de capital neste exercício ascende a 17 mil euros.

Quadro n.º 18

Estrutura da despesa corrente

	2024	%
Despesas de Capital		
D6 Aquisição de bens de capital	16 825,94 €	100,00%
D7 Transferência e subsídios de capital	- €	0,00%
D8 Outras despesas de capital	- €	0,00%
D9 Despesa com ativos financeiros	- €	0,00%
D10 Despesa com passivos financeiros	- €	0,00%
Total / Variação	16 825,94 €	

07.	Aquisições de bens de Capital	Valor Orçamentado	16 825,94 €
	SNC-AP Rubrica D6		

Esta rubrica económica compreende, exclusivamente, as despesas com a aquisição (e também as grandes reparações) dos bens que contribuam para a formação de «capital fixo», isto é, os bens duradouros utilizados, pelo menos, durante um ano, na produção de bens ou serviços, sem que dessa utilização resulte alteração significativa da sua estrutura técnica (máquinas, equipamentos, material de transporte, edifícios, outras construções, etc.).

Esta rubrica encontra-se mais desenvolvida no Plano Plurianual de Investimentos.

O Plano Plurianual de Investimentos tem um horizonte móvel de 4 anos e inclui todos os projetos a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia e explicita a respetiva previsão



de despesa. O conteúdo do Plano Plurianual de Investimentos, atendendo ao enquadramento legal estabelecido, reporta apenas aos projetos/ações financiados por despesas de investimento (07 - Aquisição de Bens de Capital).

SNC-AP	Rubrica Classificação Económica	Orçamento Final	Executado
D6 Aquisição de bens de capital		296 010,00 €	16 825,94 €
	0701 - Investimentos	296 010,00 €	16 825,94 €
	070103 - Edifícios	211 000,00 €	1 379,59 €
	070104 - Construções diversas	60 000,00 €	1 983,49 €
	07010412 - Cemitérios	60 000,00 €	1 983,49 €
	070106 - Material de transporte	10,00 €	- €
	070107 - Equipamento de informática	3 000,00 €	1 961,42 €
	070108 - Software informático	10 000,00 €	9 017,05 €
	070109 - Equipamento administrativo	11 000,00 €	2 194,91 €
	070110 - Equipamento básico	1 000,00 €	289,48 €

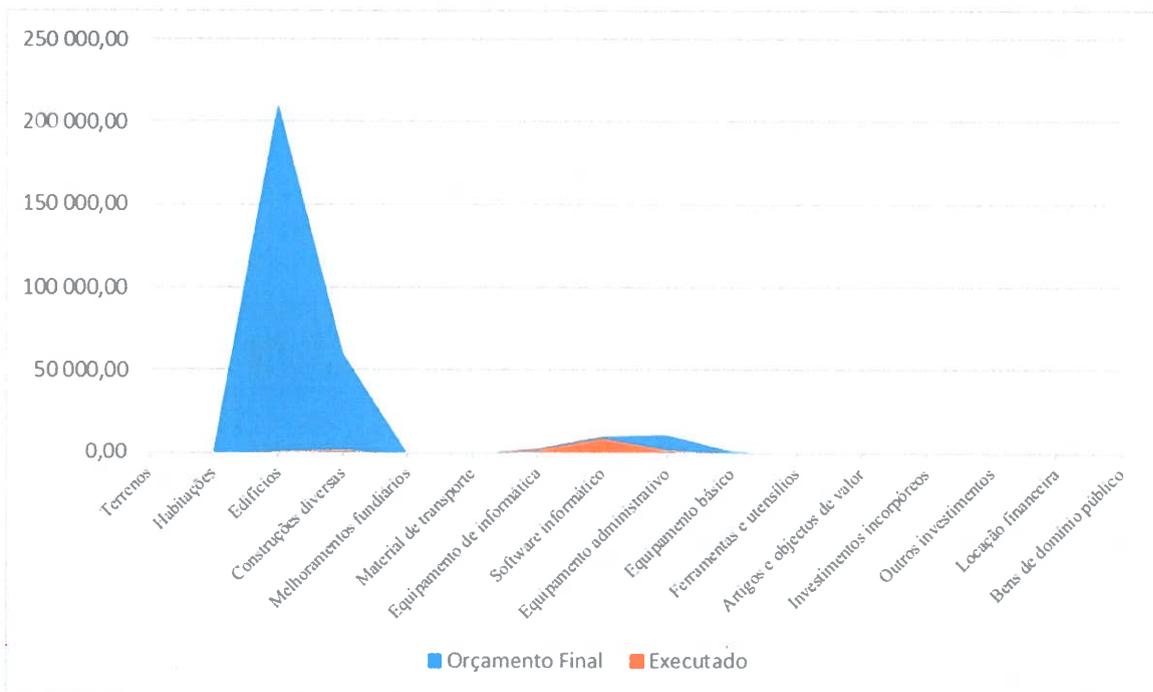


Gráfico 5 Estrutura da Despesa de capital paga



GM

Rácios Orçamentais

De seguida, apresentam-se alguns indicadores orçamentais da estrutura e evolução das receitas e despesas ao nestes últimos dois anos, permitindo uma análise ao desempenho económico da autarquia.

Quadro n.º 19

Indicadores Orçamentais

Indicador	Fórmula	2023	2024	Função
Grau de Cobertura global das receitas e das despesas	Receita Total / Despesa Total	107,03%	109,23%	Capacidade das receitas cobrirem as despesas
	Receita Corrente / Despesa Corrente	109,39%	110,36%	Capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas correntes
	Receitas Próprias / Despesa Corrente	12,09%	11,61%	Grau de cobertura da despesa corrente pelas receitas próprias da autarquia
	Transferências municipais / Despesa corrente	56,04%	61,04%	Grau de cobertura da despesa corrente pelas transferências da Administração local
	Transferências do FFF / Despesa com pessoal	63,14%	56,86%	Grau de cobertura da despesa com pessoal pelo Fundo Financiamento Freguesias
	Receitas próprias / Despesa com Pessoal	29,63%	26,63%	Grau de cobertura das despesas com pessoal pelas receitas próprias
Estrutura da Receita	Receitas próprias / Receita total	11,05%	10,52%	Peso da receita própria da autarquia na receita total
	Transferências municipais / Receita total	51,23%	55,31%	Peso das transferências da administração local na receita total
	Transferências do FFF / Receita total	23,54%	22,47%	Peso das transferências da administração central na receita total
Estrutura da Despesa	Despesa capital / Despesa total	2,21%	1,03%	Peso da despesa de capital na despesa total
	Pessoal / Despesa corrente	40,79%	43,61%	Peso da despesa com pessoal na despesa corrente
	Aquisição de bens e serviços / Despesa corrente	32,63%	33,07%	Peso da despesa com a aquisição de bens e serviços na despesa corrente

Análise da Despesa por Área Funcional

Orçamento da despesa, está dividida em 6 orgânicas, sendo na orgânica Administração Local onde a autarquia realizou o maior montante de despesa, com um total de 924.441,36 €.

A estrutura e a execução orçamental da despesa por áreas funcionais é a seguinte:

Quadro n.º 20

Despesa por área funcional

Descrição	Administração Local	Serviços Administrativos	Cemiterio	Centro Social da Arrabida	Espaço do Cidadão/ Posto dos CCT	Centro de Convívio de Massarelos	TOTAL
01 - Despesas com o pessoal	130 636,91 €	328 484,43 €	58 391,33 €	105 331,72 €	42 196,03 €	44 658,91 €	709 699,33 €
02 - Aquisição de bens e Serviços	398 994,28 €	41 150,22 €	9 047,73 €	76 996,22 €	1 587,06 €	10 388,89 €	538 164,40 €
03 - Juros e outros encargos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
04 - Transferências correntes	179 833,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	179 833,64 €
05 - Subsídios	27 855,87 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	27 855,87 €
06 - Outras despesas Correntes	170 584,20 €	1 402,78 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	171 986,98 €
Total de Despesa Corrente	907 904,90	371 037,43	67 439,06	182 327,94	43 783,09	55 047,80	1 627 540,22
07 - Aquisição de bens de capital	16 536,46 €	0,00 €	0,00 €	289,48 €	0,00 €	0,00 €	16 825,94 €
08 - Transferências de Capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09 - Activos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
10 - Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
11 - Outras Despesas Capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total de Despesa de Capital	16 536,46	0,00	0,00	289,48	0,00	0,00	16 825,94
Total de Despesas	924 441,36	371 037,43	67 439,06	182 617,42	43 783,09	55 047,80	1 644 366,16
%	56,22%	22,56%	4,10%	11,11%	2,66%	3,35%	100,00%



GM
[Handwritten signature]

Quadro n.º 21

Execução Orçamental - Unidade Orgânica 1 – Administração Local

DESIGNAÇÃO	Despesa Orçamentada		Despesa Paga		Deyvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%		
Despesas Correntes						
01 - Pessoal	133 281,69 €	10,06%	130 636,91 €	14,13%	-2 644,78	98,02%
02 - Aquisição bens e serviços correntes	463 331,35 €	34,96%	398 994,28 €	43,16%	-64 337,07	86,11%
03 - Juros e outros encargos	5,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-5,00	0,00%
04 - Transferências correntes	188 552,00 €	14,23%	179 833,64 €	19,45%	-8 718,36	95,38%
05 - Subsídios	48 608,89 €	3,67%	27 855,87 €	3,01%	-20 753,02	57,31%
06 - Outras despesas correntes	196 497,28 €	14,83%	170 584,20 €	18,45%	-25 913,08	86,81%
Total de Despesas Correntes	1 030 276,21	77,74%	907 904,90	98,21%	-122 371,31	88,12%
Despesas de Capital						
07 - Aquisição de bens de investimento	295 010,00	22,26%	16 536,46 €	1,79%	-278 473,54	5,61%
08 - Transferências de capital		0,00%		0,00%	0,00	
09 - Activos financeiros		0,00%		0,00%	0,00	
10 - Passivos financeiros		0,00%		0,00%	0,00	
11 - Outras despesas de capital		0,00%		0,00%	0,00	
Total de Despesa de Capital	295 010,00	22,26%	16 536,46	1,79%	-278 473,54	5,61%
Total Geral da Despesa	1 325 286,21	100,00%	924 441,36	100,00%	-400 844,85	69,75%

Quadro n.º 22

Execução Orçamental - Unidade Orgânica 2 – Serviços Administrativos

DESIGNAÇÃO	Despesa Orçamentada		Despesa Paga		Deyvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%		
Despesas Correntes						
01 - Pessoal	341 010,90	86,19%	328 484,43	88,53%	-12 526,47	96,33%
02 - Aquisição bens e serviços correntes	53 211,60	13,45%	41 150,22	11,09%	-12 061,38	77,33%
03 - Juros e outros encargos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
04 - Transferências correntes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
05 - Subsídios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
06 - Outras despesas correntes	1 450,00	0,37%	1 402,78	0,38%	-47,22	0,00%
Total de Despesas Correntes	395 672,50	100,00%	371 037,43	100,00%	-24 635,07	93,77%
Despesas de Capital						
07 - Aquisição de bens de investimento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
08 - Transferências de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
09 - Activos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
10 - Passivos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total de Despesa de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total Geral da Despesa	395 672,50	100,00%	371 037,43	100,00%	-24 635,07	93,77%



GM

Quadro n.º 23

Execução Orçamental - Unidade Orgânica 3 – Cemitério

DESIGNAÇÃO	Despesa Orçamentada		Despesa Paga		Devio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%		
Despesas Correntes						
01 - Pessoal	65 000,60	82,80%	58 391,33	86,58%	-6 609,27	89,83%
02 - Aquisição bens e serviços correntes	13 507,00	17,20%	9 047,73	13,42%	-4 459,27	66,99%
03 - Juros e outros encargos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
04 - Transferências correntes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
05 - Subsídios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
06 - Outras despesas correntes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total de Despesas Correntes	78 507,60	100,00%	67 439,06	100,00%	-11 068,54	85,90%
Despesas de Capital						
07 - Aquisição de bens de investimento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
08 - Transferências de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
09 - Activos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
10 - Passivos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total de Despesa de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total Geral da Despesa	78 507,60	100,00%	67 439,06	100,00%	-11 068,54	85,90%

Quadro n.º 24

Execução Orçamental - Unidade Orgânica 4 – Centro Social da Arrábida

DESIGNAÇÃO	Despesa Orçamentada		Despesa Paga		Devio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%		
Despesas Correntes						
01 - Pessoal	110 947,91	55,66%	105 331,72	57,68%	-5 616,19	94,94%
02 - Aquisição bens e serviços correntes	87 369,70	43,83%	76 996,22	42,16%	-10 373,48	88,13%
03 - Juros e outros encargos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
04 - Transferências correntes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
05 - Subsídios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
06 - Outras despesas correntes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total de Despesas Correntes	198 317,61	99,50%	182 327,94	99,84%	-15 989,67	91,94%
Despesas de Capital						
07 - Aquisição de bens de investimento	1 000,00	0,50%	289,48	0,16%	-710,52	28,95%
08 - Transferências de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
09 - Activos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
10 - Passivos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total de Despesa de Capital	1 000,00	0,50%	289,48	0,16%	-710,52	28,95%
Total Geral da Despesa	199 317,61	100,00%	182 617,42	100,00%	-16 700,19	91,62%



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Quadro n.º 25

Execução Orçamental - Unidade Orgânica 5 – Espaço do Cidadão/ Posto dos CCT

DESIGNAÇÃO	Despesa Orçamentada		Despesa Paga		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%		
Despesas Correntes						
01 - Pessoal	47 397,41	94,82%	42 196,03	96,38%	-5 201,38	89,03%
02 - Aquisição bens e serviços correntes	2 580,53	5,16%	1 587,06	3,62%	-993,47	61,50%
03 - Juros e outros encargos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
04 - Transferências correntes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
05 - Subsídios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
06 - Outras despesas correntes	10,00	0,02%	0,00	0,00%	-10,00	0,00%
Total de Despesas Correntes	49 987,94	100,00%	43 783,09	100,00%	-6 204,85	87,59%
Despesas de Capital						
07 - Aquisição de bens de investimento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
08 - Transferências de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
09 - Activos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
10 - Passivos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total de Despesa de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total Geral da Despesa	49 987,94	100,00%	43 783,09	100,00%	-6 204,85	87,59%

Quadro n.º 26

Execução Orçamental - Unidade Orgânica 6 – Centro de Convívio de Massarelos

DESIGNAÇÃO	Despesa Orçamentada		Despesa Paga		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%		
Despesas Correntes						
01 - Pessoal	50 479,61	79,42%	44 658,91	81,13%	-5 820,70	88,47%
02 - Aquisição bens e serviços correntes	13 078,75	20,58%	10 388,89	18,87%	-2 689,86	79,43%
03 - Juros e outros encargos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
04 - Transferências correntes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
05 - Subsídios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
06 - Outras despesas correntes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total de Despesas Correntes	63 558,36	100,00%	55 047,80	100,00%	-8 510,56	86,61%
Despesas de Capital						
07 - Aquisição de bens de investimento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
08 - Transferências de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
09 - Activos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
10 - Passivos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total de Despesa de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total Geral da Despesa	63 558,36	100,00%	55 047,80	100,00%	-8 510,56	86,61%



GM

Análise Execução Orçamental por Unidade Orgânica

A estrutura e a execução orçamental da receita e da despesa por unidade orgânica é a que a seguir se apresenta:

Quadro n.º 27

Serviços Administrativos

Designação da Receita		Designação da Despesa	
IMI	69 429,96	Pessoal	328 484,43
FFF - Fundo Financiamento das Freguesias	364 893,00	Aquisição de Bens e Serviços (Alimentação, Luz, água, artigos de limpeza, telefone, material de escritório, material informático, correio)	41 150,22
Atestados, Autenticações	5 077,70	Despesas Bancárias	1 402,78
Canídeos e Gátiados	3 350,60		
Adesão ao serviço de mediação	0,00		
Venda Ambulante	3 377,52		
IEFP	3 705,66		
		TOTAL	371 037,43
		DESVIO	78 797,01
TOTAL	449 834,44		21,24%

Quadro n.º 28

Cemitério

Designação da Receita		Designação da Despesa	
Licenças de colocação	3 305,75	Pessoal	58 391,33
Inumações, Aluguer de Ossários, Exumações e Concessão de Terrenos	22 792,20	Aquisição de Bens e Serviços (Alimentação, Luz, água, artigos de limpeza, telefone, material de escritório, material informático, correio)	9 047,73
Renda do Espaço Comercial	20 064,00		
		TOTAL	67 439,06
		DESVIO	-21 277,11
TOTAL	46 161,95		-31,55%

Quadro n.º 29

Centro Social da Arrábida

Designação da Receita		Designação da Despesa	
Comparticipação Segurança Social	139 446,77	Pessoal	105 331,72
Comparticipação dos Utentes	37 321,20	Aquisição de Bens e Serviços (Alimentação, Luz, água, artigos de limpeza, telefone, material de escritório, material informático, correio)	76 996,22
Renda Salão de Cabeleireiro	375,00		
		TOTAL	182 327,94
		DESVIO	-5 184,97
TOTAL	177 142,97		-2,84%



GM
[Handwritten signatures and initials]

Quadro n. 30

Espaço do Cidadão/ Posto dos CTT

Designação da Receita		Designação da Despesa	
Comparticipação CTT	9 001,39	Pessoal	42 196,03
Comparticipação Espaço do Cidadão	316,22	Aquisição de Bens e Serviços (Alimentação, Luz, água ,artigos de limpeza, telefone, material de escritório, material informático, correio)	1 587,06
		TOTAL	43 783,09
		DESVIO	-34 465,48
TOTAL	9 317,61		-78,72%

Quadro n. 31

Centro de Convívio de Massarelos

Designação da Receita		Designação da Despesa	
Comparticipação Segurança Social	24 109,18	Pessoal	44 658,91
Comparticipação dos Utentes	2 172,40	Aquisição de Bens e Serviços (Alimentação, Luz, água ,artigos de limpeza, telefone, material de escritório, material informático, correio)	10 388,89
		TOTAL	55 047,80
		DESVIO	-28 766,22
TOTAL	26 281,58		-52,26%



GM

7. Relato Financeiro

A Freguesia elaborou o balanço e as restantes demonstrações financeiras com base no pressuposto da continuidade das operações e registos contabilísticos e, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

As demonstrações financeiras pretendem essencialmente fornecer informação financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma entidade, sendo por isso fundamentais no apoio à tomada de decisões. A elaboração das demonstrações financeiras sucessivas e consistentes nos critérios utilizados permite a comparação análoga entre períodos e a análise da evolução dos valores em causa.

Em 2024, a Freguesia passou a aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas de Pequenas Entidades (SNC-AP PE), sendo que a data de transição para este novo referencial contabilístico é o dia 1 de janeiro de 2024. Desta forma, e de acordo com as instruções constantes do Manual de Implementação relativamente à aplicação pela primeira vez do SNC-AP, emitido pela Comissão de Normalização Contabilística, a informação comparativa relativa ao ano anterior (2023) é baseada no SNC-AP Microentidades, tendo sido efetuada uma mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o novo referencial, pelo que é possível a comparabilidade entre exercícios.

A análise das demonstrações financeiras que a seguir se apresentam têm em consideração os movimentos associados ao ano 2024, conforme detalhado no Anexo às Demonstrações.

Análise do Balanço

O Balanço espelha a situação financeira num dado momento e fornece informações que possibilitam aos diferentes interessados identificar os recursos e as obrigações da entidade, possibilitando igualmente, que a informação seja comparada com o período anterior e permitindo uma avaliação das alterações entretanto ocorridas.



GM
22
Handwritten signatures and initials in blue ink.

Trata-se de um instrumento contabilístico que representa a situação patrimonial da associação revelando o conjunto dos seus bens, direitos e obrigações. Tem como objetivo principal proporcionar informação sobre a posição financeira da entidade, que fica evidenciada na diferença entre os seus ativos e os seus passivos num determinado momento, neste caso no final do ano.

Os elementos relacionados com a avaliação da posição financeira no Balanço são: o ativo (classificado em corrente e não corrente) e o passivo (igualmente classificado em corrente e não corrente), as contribuições para o património líquido e as distribuições do património líquido, cujas definições estão presentes na Estrutura Concetual do SNC-AP.

Quadro n.º 32

Balanço Sintético

Descrição	Período 2024		Período 2023		Variação Valor
	Valor	%	Valor	%	
Ativo não corrente	310 532,00		324 946,65		-14 414,65
Investimentos	310 532,00	22,39%	324 946,65	26,13%	-14 414,65
Contas a receber	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Ativo não corrente	1 076 314,78		918 746,19		157 568,59
Inventário	926,89	0,07%	0,00	0,00%	926,89
Contas a receber	72 045,71	5,19%	72 139,79	5,80%	-94,08
Caixa e Depósitos	1 003 342,18	72,35%	846 606,40	68,07%	156 735,78
Ativo	1 386 846,78		1 243 692,84		143 153,94
Fundos patrimoniais	1 146 324,59	99,07%	1 146 324,59	100,00%	0,00
Resultado Líquido do período	11 482,97	0,99%	0,00	0,00%	11 482,97
Património Líquido	1 157 807,56		1 146 324,59		11 482,97
Ativo não corrente	0,00		0,00		0,00
Contas a Pagar	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Ativo não corrente	229 039,22		97 368,25		131 670,97
Contas a Pagar	229 039,22	100,00%	97 368,25	100,00%	131 670,97
Passivo	229 039,22		97 368,25		131 670,97
Património Líquido e Passivo	1 386 846,78		1 243 692,84		143 153,94

No final do ano de 2024 o ativo apresenta um valor de 1.386 mil euros, dos quais 310 mil euros se referem a ativo não corrente e 1.076 mil euros a ativo corrente.

A Freguesia encerrou o ano de 2024 com um passivo no valor de 229 mil euros. O património líquido assume um valor de 1.146 mil euros. O resultado líquido do período é de 11,5 mil euros.



A demonstração de Resultados por Natureza

Demonstração de Resultados por naturezas espelha todos os rendimentos obtidos e todos os gastos suportados pela Freguesia durante o período, em conjunto com o Balanço, fornece uma perspetiva da situação patrimonial da associação. Trata-se de um documento contabilístico que fornece um resumo dos resultados das operações financeiras da entidade durante um, determinado período específico, no caso o ano económico de 2024, e que pretende retratar os rendimentos e os gastos desse mesmo período.

Esta informação deve permitir aos interessados avaliar se a entidade usou com eficiência e eficácia os fundos ao seu dispor para atingir os objetivos a que se propôs permitindo compará-los com períodos anteriores.

Quadro n.º 33

Gastos

Demonstração dos Resultados Gastos	Período 2024	
	Valor	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	52 294,67	3,15%
Fornecimentos e serviços externos	461 876,63	27,78%
Gastos com o pessoal	703 291,15	42,30%
Transferências e subsídios concedidos	345 057,24	20,75%
Prestações Sociais	74 307,86	4,47%
Outros gastos	5 000,00	0,30%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	20 903,75	1,26%
Juros e gastos similares suportados		0,00%
Total	1 662 731,30	

No ano de 2024 o total de gastos foi de 1.662 mil euros.

Destaque para alguns gastos significativos:

- gastos com pessoal que apresentam um valor de 703 mil euros, representando 42,30% dos gastos totais;
- fornecimentos e serviços externos que apresentam um valor de 461 mil euros, representando 27,78% dos gastos totais;
- transferências e subsídios concedidos que apresentam um valor de 345 mil euros, representando 20,75% dos gastos totais.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM' and several large scribbles.

Quadro n.º 34**Rendimentos**

Demonstração dos Resultados	Período 2024	
	Valor	%
Rendimentos		
Impostos, contribuições e taxas	87 320,48	5,22%
Vendas	0,00	0,00%
Prestações de serviços e concessões	103 964,41	6,21%
Transferências e subsídios correntes obtidos	1 481 273,01	88,48%
Outros rendimentos	1 564,40	0,09%
Juros e rendimentos similares obtidos	91,97	0,01%
Total	1 674 214,27	

O total dos rendimentos cifrou-se em 2024 num montante de 1.674 mil euros.

Destaque para alguns rendimentos significativos:

- Os impostos contribuições e taxas, que apresentam um valor de 87 mil euros, representando 5,22% dos rendimentos totais;
- As transferências e subsídios correntes obtidos, que apresentam um valor de 1.481 mil euros, representando 88,48% dos rendimentos totais;
- A prestação de serviços e concessões, que apresentam um valor de 104 mil euros, representando 6,21% dos rendimentos totais;

Rácios Financeiros

A análise dos rácios, permite tornar mais precisa a informação económica e financeira de uma determinada entidade. Esta análise facilita igualmente a realização de comparações, quer no âmbito da mesma entidade ao longo de um determinado período, quer entre entidades distintas, num período coincidente. Importa, contudo, realçar que os rácios enquanto instrumento de análise se tornam tanto mais ricos quanto mais forem complementados com outros instrumentos e fontes de informação. Com efeito, a análise de indicadores, fornece algumas conclusões e indícios que devem ser validadas ou confirmadas mediante recurso a outras técnicas.



GM
[Handwritten signatures and initials]

Quadro n.º 35

Indicadores Económico-Financeiros

Económico-Financeiros		2024	2023
Liquidez Geral (Ativo Corrente / Passivo Corrente)	Porcentagem	4,70	9,44
Liquidez Reduzida ((Ativo Corrente - Existências) / Passivo Corrente)	Porcentagem	4,70	9,44
Liquidez Imediata (Disponibilidades / Passivo Corrente)	Porcentagem	4,38	8,69
Solvabilidade (Património Líquido / Passivo)	Porcentagem	5,06	11,77

O **Rácio de Liquidez Geral** mede a capacidade da Autarquia para fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, sendo desejável que o seu valor ultrapasse a unidade, situação em que o ativo é suficiente para fazer face a essas responsabilidades. Quanto mais baixo for o valor observado, maior a vulnerabilidade da entidade.

O **Rácio de Liquidez Reduzida** é semelhante ao anterior, acrescido de algum rigor dado a dificuldade de transformar as existências em meios monetários com o valor que apresentam no Balanço. À semelhança do rácio anterior, quanto mais elevado for o seu valor, maior a solvabilidade de curto prazo da Freguesia, sendo desejável que este ultrapasse a unidade. A assunção desse valor significa que a Autarquia tem ativos líquidos suficientes para fazer face às responsabilidades de curto prazo, mesmo sem contar com a liquidação das existências.

O **Rácio de Liquidez Imediata** é um rácio financeiro que mede a capacidade da Autarquia de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo utilizando apenas disponibilidades financeiras imediatas, tratando-se por isso da forma de liquidez mais exigente. Este indicador mede o grau em que os créditos a curto prazo estão cobertos pelas disponibilidades. Quanto mais elevado este rácio for maior a solvabilidade de curto prazo da Autarquia.

O **Rácio de Solvabilidade** é um rácio financeiro que indica a proporção relativa dos ativos da Autarquia financiados por fundos próprios. Está associado à capacidade de cumprir os compromissos a médio e longo prazo. Se o rácio for superior a 1, considera-se que a Freguesia se encontra financeiramente estável. Um rácio de solvabilidade inferior a 1 indicia uma situação financeira vulnerável.

O **Rácio de Autonomia Financeira** tem uma polaridade positiva o que indica que quanto maior o seu valor melhor a situação da entidade. Um valor elevado indica que a dependência relativa a financiamento externo é menor. Um valor máximo de 100% representa a situação em que o Ativo é totalmente financiado pelo seu património líquido, isto é, pelos seus próprios recursos, não existindo qualquer dívida a pagar.



8. Proposta de aplicação de Resultados

Apesar da revogação do diploma que aprovou o POCAL, Decreto Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, esta Freguesia entendeu manter a boa prática pela aplicação do ponto 2.7.3 do POCAL, pelo que propõe que o resultado líquido positivo de € 11.482,97 (onze mil quatrocentos e oitenta e dois euros e noventa e sete cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

- Quinhentos e setenta e quatro mil e quinze cêntimos (€ 574,15), correspondentes a 5% do resultado líquido, para Reservas Legais;
- Dez mil novecentos e oito euros e oitenta e dois cêntimos (€10.908,82) para Resultados Transitados.

9. Lei dos compromissos e pagamentos em atraso

A Lei n.º 8/2012, vulgarmente denominada por Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), foi aprovada em 21 de fevereiro de 2012, e refere implicitamente no seu artigo 7.º o princípio fundamental de que a execução do Orçamento, não pode, em nenhuma circunstância, conduzir a um aumento dos pagamentos em atraso.

O Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, regulamentou e concretizou as normas legais e disciplinadoras da aplicação da LCPA, atento o estabelecido no seu artigo 14.º, e operacionalizou o reporte de informação aplicável às entidades previstas no seu artigo 2.º.

Na origem desta Lei está o objetivo central de estancar o endividamento vedando a assunção de compromissos sempre que não se verifique a salvaguarda do seu pagamento a curto prazo permitindo a redução efetiva dos prazos de pagamentos a fornecedores e controlar os compromissos plurianuais. Passou igualmente a existir a responsabilização e sanção dos dirigentes, gestores e responsáveis pela contabilidade em situação de incumprimento, designadamente no caso da assunção de compromissos sem fundos disponíveis ou aumento dos pagamentos em atraso.

Esta lei introduziu o conceito de Fundos Disponíveis. Estes Fundos são as verbas em condições de serem utilizadas de imediato ou a muito curto prazo, permitindo assim fazer face aos compromissos assumidos.

No que respeita à obrigação de reporte de informação, importa salientar que atendendo ao disposto no número 4, do artigo 16.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012,



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters 'GM' and various scribbles.

de 21 de junho, na sua redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02 de junho, esta Freguesia está isenta do dever de prestação de informação de fundos disponíveis por não ter pagamentos em atraso.

10. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o encerramento do período e até à presente data, não se verificaram quaisquer acontecimentos subsequentes a divulgar ou a reconhecer que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

11. Contabilidade de gestão

A UFLOM iniciou a implementação do SNC-AP para as pequenas entidades em 2024, passando assim a ter que aplicar o previsto na NCP 27 - Contabilidade de gestão. A definição de atividades e centros de custo, não foi possível concretizar no ano de 2024, por se tratar de um sistema com uma complexidade elevada. Assim, por não existirem elementos da contabilidade de gestão, não foi possível efetuar as divulgações previstas na NCP 27.



Prestação de Contas de 2024

Gm
[Signature]
[Signature]

Demonstrações Financeiras e Anexo





Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters 'GM'.

Balanço individual em 31 de dezembro de 2024				
Gerência de 01-01-2024 a 31-12-2024				
RUBRICAS		NOTAS	2024	2023
ATIVO				
Activo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		5	308 101,84	319 722,37
Ativos intangíveis		3	2 430,16	5 224,28
Total ativo não corrente			310 532,00	324 946,65
Activo corrente				
Inventários		10	926,89	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		18.2	9,12	150,00
Outras contas a receber		18.3	71 989,79	71 989,79
Diferimentos		18.4	46,80	0,00
Caixa e depósitos		18.1	1 003 342,18	846 606,40
Total ativo corrente			1 076 314,78	918 746,19
Total do ativo			1 386 846,78	1 243 692,84
PATRIMÓNIO LIQUÍDO				
Património/Capital		18.9	1 146 324,59	1 146 324,59
Resultado líquido do período		18.9	11 482,97	0,00
Total do património líquido			1 157 807,56	1 146 324,59
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Total passivo não corrente			0,00	0,00
Passivo corrente				
Fornecedores		18.5	3 265,68	8 551,45
Estado e outros entes públicos		18.6	15 255,07	15 911,25
Outras contas a pagar		18.7	72 365,01	72 905,55
Diferimentos		18.8	138 153,46	0,00
Total passivo corrente			229 039,22	97 368,25
Total do passivo			229 039,22	97 368,25
Total do património líquido e passivo			1 386 846,78	1 243 692,84



GM
[Handwritten signatures and initials]

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2024

Gerência de 01-01-2024 a 31-12-2024

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	NOTAS	PERÍODO 2024
RENDIMENTOS E GASTOS		
Impostos, contribuições e taxas	13,14	87 320,48
Prestações de serviços e concessões	13	103 964,41
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	1 481 273,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-52 294,67
Fornecimentos e serviços externos	23,1	-461 876,63
Gastos com o pessoal	19	-703 291,15
Transferências e subsídios concedidos	23.2	-345 057,24
Prestações Sociais	23.2	-74 307,86
Outros rendimentos	13,14	1 564,40
Outros gastos	23.3	-5 000,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		32 294,75
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3,5	-20 903,75
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		11 391,00
Juros e rendimentos similares obtidos	13	91,97
Resultado antes de impostos		11 482,97
Imposto sobre o rendimento do período		
Resultado líquido do período		11 482,97



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM' and '22'.

Gerência de 01-01-2024 a 31-12-2024

Demonstração individual das alterações no património líquido no período findo em 31 de dezembro de 2024

NOTAS	Capital / Património Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transferidos	Outras Variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL	Total do Património Líquido
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)	1 146 324,59							1 146 324,59	1 146 324,59
ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									0,00
Alterações de políticas contabilísticas									0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									0,00
Realização do excedente de revalorização									0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações									0,00
Transferências e subsídios de capital									0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido									0,00
(2)	0,00				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)							11 482,97	11 482,97	11 482,97
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)	0,00				0,00	0,00	11 482,97	11 482,97	11 482,97
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realização de capital/património									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações									
(5)									
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	1 146 324,59				0,00	0,00	11 482,97	1 157 807,56	1 157 807,56



Prestação de Contas de 2024

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Gm' and several illegible signatures.

Demonstração individual dos fluxos de caixa no período findo em 31 de dezembro de 2024
Gerência de 01-01-2024 a 31-12-2024

RUBRICAS	NOTAS	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 719 519,14	
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		0,00	
Recebimentos de utentes		76 635,87	
Pagamentos a fornecedores		-1 039 913,78	
Pagamentos ao pessoal		-453 992,43	
Caixa gerada pelas operações		302 248,80	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-137 699,67	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		164 549,13	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-4 758,61	
Ativos intangíveis		-1 891,85	
Outros Ativos		-1 162,89	
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-7 813,35	0,00
Fluxos de caixa da atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	18.1	156 735,78	0,00
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		846 606,40	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 003 342,18	0,00
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
- Equivalentes a caixa no início do período		846 606,40	
= Saldo da gerência anterior	18.1	846 606,40	0,00
De execução orçamental		841 415,43	
De operações de tesouraria		5 190,97	
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 003 342,18	
- Equivalentes a caixa no fim do período			
= Saldo da gerência seguinte	18.1	1 003 342,18	0,00
De execução orçamental		993 204,28	0,00
De operações de tesouraria		10 137,90	0,00



Anexo às Demonstrações Financeiras

Procurando dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, designadamente no que se refere à Norma de Contabilidade Pública 1, resumem-se nas notas seguintes as políticas contabilísticas significativas, assim como outras notas explicativas e esclarecedoras de alguns aspetos relevantes para uma melhor compreensão das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato.

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam dão-nos conta das informações consideradas relevantes para a sua melhor compreensão. As notas respeitam a numeração sequencial definida no SNC-AP. As notas cuja numeração é omissa não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Todos os valores encontram-se expressos em Euros

Nota 0 - Adoção pela primeira vez do SNC-AP - divulgação transitória

Até dezembro de 2023 a autarquia aplicava o regime simplificado do SNC-AP (Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro). A partir de janeiro de 2024 foi iniciado o processo de transição para o SNC-AP- Pequenas Entidades por força do previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (entidades que apresentem nas duas últimas prestações de contas um montante global de despesa orçamental paga superior a 1.000.000 (euro) e inferior ou igual a 5.000.000 (euro).

As presentes demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) expressas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

Na adoção pela primeira vez deste referencial contabilístico, a Freguesia preparou no exercício anterior, o balanço de abertura com referência à data de início da transição, 1 de janeiro de 2024. Os ajustamentos resultantes da alteração das políticas contabilísticas decorrentes da transição para outra categoria do



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM' and several illegible signatures.

SNC-AP (regime de pequenas entidades) foram reconhecidos no saldo de património com referência a 1 de janeiro de 2024.

Neste processo de transição foi necessário (i) reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pela NCP-PE; (ii) Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pela NCP-PE; (iii) Aplicar a NCP - PE na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP

RUBRICAS	Valores conforme normativo anterior 31/12/2023	Reconhecimento	SNC-AP 01/01/2024
ATIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		319 722,37	319 722,37
Ativos fixos intangíveis		5 224,28	5 224,28
	0,00		324 946,65
Activo corrente			
Cientes, contribuintes e utentes		150,00	150,00
Outras contas a receber		71 989,79	71 989,79
Caixa e depósitos		846 606,40	846 606,40
	0,00		918 746,19
Total do ativo	0,00		1 243 692,84
PATRIMÓNIO LIQUÍDO			
Património/Capital		1 146 324,59	1 146 324,59
Total do património líquido	0,00		1 146 324,59
PASSIVO			
Passivo não corrente			
	0,00		0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		8 551,45	8 551,45
Estado e outros entes públicos		15 911,25	15 911,25
Outras contas a pagar		72 905,55	72 905,55
	0,00		97 368,25
Total do passivo	0,00		97 368,25
Total do património líquido e passivo	0,00		1 243 692,84

A Freguesia não efetuou a reexpressão da informação financeira de 2023, pelo que a informação neste documento relativa a 2023 é apresentada através da mera



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM' and several large scribbles.

conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo SNC-AP, em conformidade com a opção de transição definida no Manual de Implementação do SNC-AP elaborado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC), ponto 1.3.6 Informação comparativa, que determina, para as primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNC-AP, a informação relativa ao ano anterior poderá basear-se no normativo anterior através de uma mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras, de acordo com o SNC-AP.

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 - Identificação da entidade e período de relato

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE	
1. Identificação	
1.1 Designação	Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos
1.2 Contatos oficiais	
1.2.1 Endereço postal (arruamento, código postal e localidade)	Rua de Serralves, n.º.10
1.2.2 Endereço de correio eletrónico	geral@uf-lordelooouromassarelos.pt
1.2.3 Telefone	226166910
1.2.4 Endereço da página na internet	https://www.uf-lordelooouromassarelos.pt/
1.3 NIPC	510837590
1.4 Código de atividade económica (CAE)	84113
1.5 Missão/objeto social	Administração Local
1.6 Período de relato	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024
2. Enquadramento	
2.1 Enquadramento no Sector Público	Ministério da Administração Interna
2.2 Forma jurídica / tipo societário	Autarquia Local
2.3 Regime jurídico:	Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais
2.3.1 Regime financeiro:	Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais
3 Regime e organização contabilística	
3.1 Referencial contabilístico utilizado	SNC AP
3.2 Subsistema aplicável	SNC AP - Pequena Entidade
3.3 Manual/Regulamento/Normas de controlo interno	Sim
4 Participações da Entidade	
Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade	
4.1 Adilo – Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro	Não
5 Recursos Humanos	



Rubrica	Género	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Total
Comissão de Serviço	M				0
	F				0
	T	0	0	0	0
CTFP por tempo indeterminado	M			4	4
	F	6	7	4	17
	T	6	7	8	21
CTFP a termo resolutivo certo	M				0
	F				0
	T	0	0	0	0
CTFP a termo resolutivo incerto	M				0
	F	1	2	2	5
	T	1	2	2	5
Outra	M				0
	F				0
	T	0	0	0	0
Total Efetivos	M	0	0	4	4
	F	7	9	6	22
	T	7	9	10	26

1.2 - Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, das alterações, da performance e dos fluxos de caixa da Freguesia, nos termos do SNC-AP. A NCP-PE utiliza os mesmos princípios e requisitos básicos das NCP (1 a 25) do SNC-AP concentrando-os numa única Norma de leitura e aplicação mais simples. Nesta circunstância é reduzida substancialmente a quantidade de divulgações que estão previstas na NCP 1, é privilegiada a mensuração ao custo e reduzidas as opções de utilização do justo valor, e as opções de depreciação e amortização são limitadas a um método (método das quotas constantes), entre outras matérias. Para além disso, não foram incluídas todas as NCP que constam do regime geral, por exemplo, a NCP 4 (Concessões de Serviços), a NCP 12 (Contratos de construção) e as NCP 21 a 24 relativas a interesses e investimentos financeiros e consolidação.

As demonstrações financeiras incluem, entre outros, o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa. Estes documentos devem ser submetidos à aprovação da Junta de Freguesia e à apreciação e votação por parte da Assembleia de Freguesia até ao dia 30 de abril. A sua preparação obedece ao pressuposto da continuidade e ao regime de acréscimo. No ano de relato não existem casos excecionais que impliquem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes.



GM
AA
JD
[Handwritten signatures]

Além do aspeto quantitativo a informação contabilística possui características qualitativas que lhe confere utilidade, permitindo que sejam alcançados os objetivos do relato financeiro.

Relevância

A informação financeira e não financeira prestada é relevante, uma vez que se apresenta como pertinente e capaz de contribuir para a confirmação de resultados ou para a alteração de expectativas. Permite a tomada de decisões de forma informada e a análise dos reflexos futuros de decisões tomadas.

Fiabilidade

As demonstrações financeiras relativas ao exercício económico de 2024 pretendem ser uma representação completa, neutra e isenta de erros materiais.

Compreensibilidade

Na medida do possível, a prestação de contas da Freguesia pretende incluir toda a informação relevante para os interessados. Assim, as contas são complementadas com informação diversa que contribui para esta finalidade, permitindo que sejam entendidos pelo maior número possível de utilizadores.

Oportunidade

A informação financeira deverá estar disponível em tempo útil, quer para a responsabilização quer para apoio à tomada de decisões futuras.

Comparabilidade

A informação apresentada nas presentes demonstrações financeiras, contém os valores relativos ao ano económico de 2024, permitindo aos utilizadores a identificação e o confronto dos valores do que resulta uma perspetiva da evolução e da tendência da informação financeira.

Verificabilidade

A informação constante no relato financeiro apresentado retrata fielmente as contas da freguesia, sendo verificável, ainda que esta verificabilidade possa não ser absoluta.

1.3 - Desagregação dos Saldos de caixa e seus equivalentes



GM
H
D
R

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de caixa e depósitos apresentam-se desagregados de acordo com o quadro seguinte:

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Caixa	413,40	880,95
Depósitos à ordem	-	-
Outros depósitos	1 002 928,78	845 725,45
Depósitos a prazo	1 002 928,78	845 725,45
Depósitos consignados	-	-
Depósitos de garantias e cauções	-	-
Total	1 003 342,18	846 606,40

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela primeira vez de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP). Foi elaborado um balanço de abertura com referência a 01 de janeiro de 2024 de acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP.

O balanço e a demonstração de resultados de 2024 foram preparados de acordo com o SNC-AP e a informação referente ao ano de 2023 baseia-se no SNC-AP - regime simplificado, tendo sido efetuado a conversão dos saldos e rubricas de acordo com o SNC-AP - regime pequenas entidades.

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se conforme seguinte:

2.1 - Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos da Freguesia, exceto no que respeita ao passivo sobre obrigações de benefícios definidos, o qual é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A informação é preparada na base do acréscimo, onde os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos no momento em que, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam, ocorrem. A informação comparativa relativa ao período anterior foi divulgada



considerando as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. Respeitando o princípio da continuidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. As demonstrações financeiras são consistentes de um período para outro, seja ao nível da apresentação seja no que diz respeito aos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excetuando a existência de alterações significativas na sua natureza. Nestas circunstâncias as alterações encontram-se devidamente identificadas e justificadas, permitindo uma informação fiável e relevante. A relevância e a materialidade da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Dada a importância dos ativos, passivos, rendimentos e dos gastos estes não foram sujeitos a compensação, sendo a sua divulgação efetuada separadamente, exceto nos casos que forem exigidos por uma NCP.

2.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes

Principais políticas contabilísticas:

Ativos intangíveis (NCP 3)

Esta tipologia de ativos é reconhecida pelo seu custo de aquisição, sendo deduzidas as amortizações acumuladas assim como eventuais perdas por imparidades acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos, se deles advirem benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para a entidade. No caso de ativos intangíveis que sejam adquiridos através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial será mensurado ao justo valor à data em que foi adquirido.

Ativos fixos tangíveis (NCP 5)

Os ativos fixos tangíveis, são valorizados pelos respetivos custos de aquisição e, quando objeto de grandes reparações, são valorizados pelos respetivos valores de reparação, procedendo-se ao ajustamento das respetivas vidas úteis, quando aplicável.

Locações financeiras (NCP 6)

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da tipologia de contrato. Os contratos de locação financeira são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. Como locação operacional classifica-se uma locação que não seja financeira não transferindo substancialmente todos os risco e vantagens inerentes à propriedade do ativo.



GM

Custo dos empréstimos obtidos (NCP 7)

Os juros que advém de empréstimos obtidos são diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos e são capitalizados como parte dos custos desses ativos.

Propriedades de Investimento (NCP 8)

Uma propriedade de investimento é reconhecida como ativo, desde que daí resultem, para a entidade, benefícios económicos futuros. A mensuração inicial destes ativos, quando respeitem a uma transação com contraprestação, é realizada ao custo de aquisição. Caso resulte de uma transação sem contraprestação, o custo é mensurado ao justo valor à data da aquisição.

Depreciações e amortizações (NCP 9)

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Inventários (NCP 10)

Os inventários adquiridos através de uma transação sem contraprestação são registados pelo justo valor à data de aquisição, caso contrário são mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. A mensuração de inventários, na Autarquia é efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente e o método de custeio é o custo médio ponderado.

Rendimentos de transações com e sem contraprestação (NCP 13 e 14)

Transações com contraprestação são transações pelas quais uma entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual, sobretudo na forma monetária, em bens, serviços, ou uso de ativos a uma outra entidade. Transações sem contraprestação são, por definição aquelas transações que não sejam com contraprestação. Numa transação sem contraprestação, uma entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. É efetuado o reconhecimento do rendimento quando for provável que influam para a Freguesia os benefícios económicos futuros ou o potencial serviço e os benefícios sejam mensurados com fiabilidade.

Provisões, passivos, contingentes e ativos contingentes (NCP 15)

Provisão é um passivo de momento ou quantia incertos. As provisões distinguem-se de outros passivos, tais como contas a pagar e acréscimos, na



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Gm', 'b', and a large signature.

medida em que há incerteza acerca do momento ou da quantia dos dispêndios futuros exigidos na sua liquidação. As provisões são reconhecidas quando, e somente, a entidade tem uma obrigação presente, seja legal ou construtiva, que resulte de um evento passado e seja provável que, para a sua resolução, ocorra um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação, podendo o montante da obrigação ser estimado. Quando não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos ou potencial de serviço, para liquidar essa obrigação ou quando a quantia da obrigação, não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade, então estamos perante um passivo contingente.

Instrumentos Financeiros (NCP 18)

Os instrumentos financeiros são reconhecidos, apenas se os ativos e os passivos e os instrumentos de capital próprio sejam reconhecidos pela Autarquia. Os instrumentos financeiros, são registados inicialmente de acordo com o modelo do justo valor. A mensuração subsequente depende das características dos ativos e dos passivos financeiros, assim como das políticas contabilísticas.

Benefícios dos empregados (NCP 19)

Esta norma diz respeito aos benefícios dos empregados sendo que estes correspondem a todas as formas de retribuição dada pela Freguesia em troca dos serviços prestados.

Partes relacionadas (NCP 20)

As partes relacionadas são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte.

Interesse em Outras entidades (NCP 22) Uma entidade deve divulgar informação que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas com vista a apresentar a sua situação financeira.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Análises de imparidade de ativos financeiros;
- Estimativa de férias e subsídio de férias associados aos funcionários;
- Reconhecimento do rendimento associado aos impostos;
- Estimativa para provisões, riscos e encargos;
- Especialização dos rendimentos provenientes dos subsídios ao investimento.



GM
P
K
D

Existem bens que são pertença da Freguesia, reconhecidos como ativos em exercícios anteriores em que, na ausência de informação quanto ao seu custo histórico, foram valorizados por uma das seguintes formas:

- Valor atribuído, quando existente, pela ficha matricial constante no site da Administração Tributária (AT) tendo sido imputado 25% desse valor ao terreno, e o remanescente ao edificados;
- Valor apurado por comissão de avaliação;
- Valor apurado de forma específica em casos muito específicos e devidamente justificados.

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos, decorrentes da sua utilização, sendo utilizado o método das quotas constantes, com base duodecimal, considerando a vida útil do bem. Relativamente aos bens doados à Freguesia, em todos os exercícios económicos é submetida ao executivo a respetiva relação valorizada, sempre que possível a preços de mercado e informação procedendo a Assembleia de Freguesia à sua aceitação, conforme determinado na alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. No que diz respeito as doações de livros, CD's e DVD's o valor é desconhecido, sendo os bens são reconhecidos pelo valor zero.

2.3 - Julgamentos na aplicação de políticas contabilísticas de quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

As NCP requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos.

As principais estimativas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos, são discutidos com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Freguesia e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Freguesia é apresentada na Nota 2.

Os julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Freguesia são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa que o órgão de gestão, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.



GM

Neste sentido, os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento materialmente relevante no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos períodos seguintes são as que seguem:

i) Perdas por imparidade:

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Freguesia. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do órgão de gestão no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade.

ii) Provisões:

A Freguesia analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

iii) Pressupostos atuariais

A estimativa das responsabilidades por benefícios pós-emprego utiliza pressupostos de natureza demográfica e financeira. A sua variação pode afetar significativamente o montante dessas responsabilidades assim como o resultado líquido do período. São estimadas as taxas de juro, taxas de inflação e recorre-se a tábuas de mortalidade para a realização das estimativas.

iv) Impostos a receber

A estimativa dos impostos a receber em exercícios futuros, reconhecidos como rendimentos no exercício corrente. O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): informação disponibilizada pela Autoridade Tributária através do portal das finanças.

2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com os princípios, métodos e critérios geralmente aceites em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetam o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço, foram considerados na preparação das



demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras. Relativamente ao futuro mantem-se um cenário de incerteza face ao Conflito Armado na Ucrânia e no território da Faixa de Gaza, e o seu impacto na economia assim como o que acontecerá depois de Donald Trump ter tomado posse como presidente dos EUA. A despesa avultada proposta pelo recém-eleito presidente poderá impulsionar o crescimento norte-americano a curto prazo. No entanto, o impacto de tarifas mais elevadas propostas para parceiros comerciais dos EUA poderá travar as perspectivas para a Europa.

Não foram, contudo, identificadas situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade.

2.5 - Principais fontes de incerteza das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 2. As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades, não sendo previsível, o seu impacto na economia, qualquer outra alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade destas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

2.6 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Conforme definido na NCP 2, o reconhecimento prospetivo do efeito de uma alteração numa estimativa contabilística significa que a alteração é aplicada a transações, outros acontecimentos e condições a partir da data da alteração da estimativa. Uma alteração numa estimativa contabilística pode afetar apenas os resultados do período corrente ou os resultados tanto do período corrente como de períodos futuros. Uma alteração na estimativa da vida útil de um ativo depreciable, ou no modelo esperado de consumo de benefícios económicos ou potencial de serviço incorporados no mesmo, afeta o gasto de depreciação do período corrente e cada um de períodos futuros durante a vida útil remanescente do ativo.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM' and several large scribbles.

Nota 3.2 - Quantia escriturada e variações do período

Relato de 01-01-2024 a 31-12-2024

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Variações							Quantia Escriturada Total
			Transferências Iteiras a Estado	Revalorizações	Reversões de Perdas por Inutilidade	Perdas por Inutilidade	A no livações do Período	Diferenças Oritivas	Diminuições	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (1) + (2) - (3) - (4) + (5) - (6) - (7) + (8) - (9)
Ativos intangíveis de domínio público património histórico artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	5 224,28	0,00					-2 794,12			2 430,16
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
TOTAL	5.224,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.794,12	0,00	0,00	2.430,16

Nota 3.2 a) - Adições

Relato de 01-01-2024 a 31-12-2024

Rubricas	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Doação, Herança, Legado ou Perdo a Favor do Estado	Trança em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)
Ativos intangíveis de domínio público património histórico artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação										0,00
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 3.2 b) - Diminuições

Relato de 01-01-2024 a 31-12-2024

Rubricas	Diminuições					Total
	Alienação a Título Oneroso	Transferências ou Troca	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (1)+(2)+(3)+(4)	
Ativos intangíveis de domínio público património histórico artístico e cultural						
Goodwill						
Projetos de desenvolvimento						
Programas de computador e sistemas de informação						
Propriedade industrial e intelectual						
Outros						
Ativos intangíveis em curso						
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

NOTA 4 - Acordos de Concessão de serviço: concedente

Não existem acordos de concessão de serviços, no entanto, regista-se a concessão da exploração de espaços comerciais no cemitério de Lordelo e no Edifício da Arrábida.



NOTA 5 - Ativos fixos tangíveis

Na presente nota foi utilizado e aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. No que diz respeito as fichas de cadastro estas estão atualizadas à data do relato, onde consta para cada elemento, entre outra informação, a vida útil e a taxa de depreciação, assim como a respetiva quantia escriturada líquida. Documento Assinado Digitalmente Os bens respeitantes ao ativo fixo tangível são mensurados pelos seus custos e os gastos de depreciação destes ativos, inicia quando fica disponível para uso e termina quando este é desreconhecido. O método de depreciação, utilizado pela Autarquia é o das quotas constantes, para cálculo das depreciações.

No quadro seguinte é apresentado o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas no exercício económico de 2024.

Nota 5.1 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Relato de 01-01-2024 a 31-12-2024

Rúbricas	Início do período		Fim do período		
	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	(4)= (1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)= (5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00			0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	205.060,45	205.060,45	0,00		205.060,45
Edifícios e outras construções	65.789,34	65.789,34	4.296,52		61.492,82
Equipamento básico	4.217,25	5.304,42	2.465,62		2.838,80
Equipamento de transporte	28.020,81	28.020,81	6.687,50		21.333,31
Equipamento administrativo	6.945,89	10.987,03	2.399,38		8.587,65
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros	9.688,63	11.049,42	2.260,61		8.788,81
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00		0,00
	319.722,37	326.211,47	18.109,63		308.101,84
TOTAL	319.722,37	326.211,47	18.109,63	0,00	308.101,84

Nota 5.2 - Quantia escriturada e variações do período



GM

2D

Relato de 01-01-2024 a 31-12-2024

Rubricas	Cunha Escritura Inicial (1)	Ações (2)	Transferências Iniciais à Errores (3)	Revalorizações (4)	Variações					Cunha Escritura Final (5)+(2)+(3)+(4)+(6)+(7)+(8)	
					Reversões de Perdas por Fincados (5)	Perdas por Errores (6)	Depreciações do Período (7)	Diferenças Gerais (8)	Outras (9)		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00										
Edifícios e outras construções	0,00	0,00								0,00	2,99
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	205.060,45	0,00									205.060,45
Edifícios e outras construções	65.789,34	0,00					-4.286,52		0,00		61.492,82
Equipamento básico	4.217,25	1.087,17					-2.465,62		0,00		2.838,80
Equipamento de transporte	28.020,81	0,00					-6.687,50		0,00		21.333,31
Equipamento administrativo	6.945,89	4.041,14					-2.399,38		0,00		8.587,65
Equipamentos biológicos	0,00	0,00					0,00		0,00		0,00
Outros	9.688,63	1.360,79					-2.260,61		0,00		8.788,81
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00					0,00		0,00		0,00
	319.722,37	6.489,10	0,00	0,00	0,00	0,00	-18.109,63	0,00	0,00	0,00	308.101,84
TOTAL	319.722,37	6.489,10	0,00	0,00	0,00	0,00	-18.109,63	0,00	0,00	0,00	308.101,84

Nota 5.2 a) – Adições

Relato de 01-01-2024 a 31-12-2024

Rubricas	Adições									Total (10)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)	
	Reversões (1)	Compra (2)	Cessão (3)	Transferência ou Troca (4)	Doação, Herança Legado ou Perdoado Favor do Estado (5)	Doação em Posse (6)	Locação Financeira (7)	Fusão, Cisão, Reestruturação (8)	Outras (9)		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais											0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		0,00									0,00
Edifícios e outras construções		0,00									0,00
Equipamento básico		1.087,17									1.087,17
Equipamento de transporte		0,00									0,00
Equipamento administrativo		4.041,14									4.041,14
Equipamentos biológicos		0,00									0,00
Outros		1.360,79									1.360,79
Ativos fixos tangíveis em curso		0,00									0,00
		6.489,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.489,10
TOTAL	0,00	6.489,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.489,10

Nota 5.2 b) – Diminuições

Relato de 01-01-2024 a 31-12-2024

Rubricas	Diminuições					Total (5)=(1)+(2)+(3)+(4)
	Alienação a Título Oneroso (1)	Transferências ou Troca (2)	Fusão, Cisão, Reestruturação (3)	Outras (4)		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA 6 - Locações

Não aplicável



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM' and a large signature.

NOTA 7 - Custo de empréstimos obtidos

Não aplicável

NOTA 8 - Propriedades de Investimento

Não aplicável

NOTA 9 - Imparidade de ativos

Não aplicável

NOTA 10 - Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários

Nota 10.1 – Inventários

Relato de 01-01-2024 a 31-12-2024

Rubricas	Movimentos período		
	Quantia Bruta (1)	Imparidade acumulada (2)	Quantia Recuperável (3)=(1)+(2)
Mercadorias			
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	926,89		926,89
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
TOTAL	926,89	0,00	926,89

Nota 10.2 – Inventários: movimentos do período

Relato de 01-01-2024 a 31-12-2024

Rubricas	Quantia Estimada Inicial (1)	Movimentos período							Quantia Escriturada Final (6)+(1)-(2)+(-3)+(-4)+5)-(6)-(7)+(8)	
		Compras Líquidas (2)	Consumos / Gastos (3)	Variação nos Inventários da Produção (4)	Perdas por Irregularidade (5)	Reversões por Perdas por Irregularidade (6)	Outras Reduções de Inventários (7)	Outros Aumentos de Inventários (8)		
Mercadorias										
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	0,00	53.221,56	-52.294,67							926,89
Produtos acabados e intermédios										
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos										
Produtos e trabalhos em curso										
TOTAL	0,00	53.221,56	-52.294,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	926,89



GM
H
R
D
A

NOTA 11 - Agricultura

Não aplicável

NOTA 12 - Contratos de Construção

Não aplicável

NOTA 13 - Rendimentos de transações com contraprestação

No que diz respeito aos rendimentos de transações com contraprestação, esta tem como objetivo prescrever o tratamento contabilístico dos rendimentos provenientes de transações e acontecimentos que apresentem uma contraprestação, sendo destacado como principal aspeto a determinação do momento em que as transações são reconhecidas.

Rubricas	2024
Taxas, multas e outras penalidades	
Outras	12 050,09
Prestações de serviços e concessões	
Cemitérios	22 792,20
Serviços Sociais	39 343,60
Serviços Recreativos	4 441,00
Serviços Culturais	7 631,00
Outros	9 317,61
Arrendamento	20 439,00
Outros rendimentos	
Outros não especificados	1 564,40
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	
Outros Rendimentos e Ganhos	91,97
TOTAL	117 670,87

Estão descritos no quadro, os montantes respeitantes ao período económico de 2024, representando o leque de vendas, prestações de serviços, juros e outros rendimentos, promovidos pela Autarquia no montante global de 117.670,87 euros.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Gdm' and several illegible signatures.

NOTA 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos, transferências ou subsídios, uma vez que existe uma entrada, presente ou futura de meio financeiros líquidos, sem a obrigatoriedade de devolução ou de prestação de um serviço de valor equivalente.

Rubricas	2024
Impostos diretos	
Imposto municipal sobre imóveis	71 919,79
Impostos indiretos	
Canídeos	3 350,60
Transferências e subsídios correntes obtidos	
Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF)	403 508,00
Transferências de competências	
Estado (Outras)	41 299,94
Municípios	855 339,69
Segurança Social	163 555,95
Outras entidades	3 705,66
Instituições sem fins lucrativos	13 863,77
TOTAL	1 556 543,40

No global, os rendimentos sem contraprestação totalizam um valor de 1.556.543,40 euros. As rubricas que mais se destacaram foram impostos diretos e as transferências e subsídios correntes obtidos, destacando-se neste grupo as transferências do município que apresenta um montante de 855.339,69 euros.

NOTA 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Está a decorrer um processo de investigação de fraude nas autoridades competentes. A UFLOM apurou o valor em causa e fez a denuncia. Esta valor está reconhecido como um ativo, tendo sido registada a perda por imparidade correspondente à totalidade do valor.

NOTA 16 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável



GM

NOTA 17 - Acontecimentos após a data de relato

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

NOTA 18 - Instrumentos Financeiros

Ativos Financeiros

Nota 18.1 - Caixa e Depósitos

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2024 encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

Rubricas	2024	2023	Varição
Caixa	413,40	880,95	-467,55
Depósitos à ordem	1 002 928,78	845 725,45	157 203,33
Outros depósitos			
TOTAL	1 003 342,18	846 606,40	156 735,78

Verifica-se no global um acréscimo de 156.735,78 euros, relativamente ao ano anterior.

Nota 18.2 - Clientes, contribuintes e utentes

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2024 encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

Rubricas	2024	2023	Varição
Clientes c/c	0,00	150,00	-150,00
Utentes	9,12	0,00	9,12
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	24 402,33	24 402,33	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	-24 402,33	-24 402,33	0,00
TOTAL	9,12	150,00	-140,88

Nota 18.2 - Outras contas a receber

G...

20

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2024 encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

Rubricas	2024	2023	Varição
Ativo corrente			
Outras Contas a receber			
Devedores por acréscimos de rendimentos	71 919,79	71 919,79	0,00
Outros	70,00	70,00	0,00
Outros			0,00
TOTAL	71 989,79	71 989,79	0,00

Nota 18.4 - Diferimentos

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2024 encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

Rubricas	2024	2023	Varição
Gastos a Reconhecer	46,80		46,80
Outros			0,00
TOTAL	46,80	0,00	46,80

Passivos financeiros

Nota 18.5 - Fornecedores

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2024 encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

Rubricas	2024	2023	Varição
Fornecedores c/c	3 265,68	8 551,45	-5 285,77
Fornecedores de investimentos c/c			
Faturas em receção em conferência			0,00
TOTAL	3 265,68	8 551,45	-5 285,77

Nota 18.6 - Estado e Outros Entes Públicos



Gm

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2024 encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

Rubricas	2024	2023	Variação
Retenção de impostos sobre rendimentos	4 562,19	5 595,50	-1 033,31
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	5 107,15	4 830,85	276,30
Outras tributações	5 585,73	5 484,90	100,83
TOTAL	15 255,07	15 911,25	-656,18

Nota 18.7 - Outras Contas a pagar

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2024 encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

Rubricas	2024	2023	Variação
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Credores por acréscimos de gastos	67 113,11	72 905,55	-5 792,44
Outros	5 251,90		5 251,90
TOTAL	72 365,01	72 905,55	-540,54

Nota 18.8 - Diferimentos

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2024 encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

Rubricas	2024	2023	Variação
Rendimentos a reconhecer	138 153,46		138 153,46
Outros			0,00
TOTAL	138 153,46	0,00	138 153,46

Património Líquido

Nota 18.9 - Património Líquido



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GMR', 'A', and 'Z', along with a large signature on the right side of the page.

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2024 encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Património / Capital	1 146 324,59			1 146 324,59
Reservas				0,00
Resultados Transitados				0,00
Outras variações no património líquido				0,00
Resultados Líquido do Exercício líquido		11 482,97		11 482,97
TOTAL	1 146 324,59			1 157 807,56

O ajustamento de transição para SNC-AP pequena entidade encontra-se registado na rubrica património.

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
De períodos anteriores				0,00
Regularizações				0,00
Ajustamentos de transição para SNC-AP	1 146 324,59			1 146 324,59
TOTAL	1 146 324,59			1 146 324,59

NOTA 19 - Benefícios dos empregados

Nos termos do Manual de Implementação do SNC-AP, e no que respeita aos benefícios dos empregados são "todas as formas de retribuição dadas por uma entidade em troca dos serviços prestados pelos empregados".

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2024 encontra-se evidenciada no quadro seguinte:



Rubricas	2024
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos	
Remunerações certas e permanentes	106 287,86
Remunerações do pessoal	
Remunerações certas e permanentes	439 775,54
Abonos variáveis ou eventuais	21 442,48
Remunerações do pessoal	
Sistemas de proteção social	118 527,47
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	
Seguro de acidentes no trabalho	14 946,46
Outros gastos com pessoal	
Despesas de Saúde	975,74
Outros	1 335,60
Outros encargos sociais	
TOTAL	703 291,15

NOTA 20 - Divulgações de partes relacionadas

Não aplicável

NOTA 21 - Relato por segmentos

Não aplicável

NOTA 22 - Interesses em outras entidades

Não aplicável

NOTA 23 - Outras divulgações consideradas relevantes, ou exigidas por diplomas legais, para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do período

De forma que se tenha uma compreensão fiável do desempenho da entidade é necessário demonstrar os seus rendimentos e gastos.



Considerando que nas notas anteriormente apresentadas já foram detalhados os rendimentos (Notas 13 e 14), o CMVMC (Nota 10), Despesas com Pessoal (Nota 19) passa-se a evidenciar os gastos que ainda não foram objeto de relato, nomeadamente FSE, transferências e subsídios concedidos, outros gastos e juros.

Nota 23.1 - Fornecimentos e serviços externos

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2024 encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

Rubricas	2024
Subcontratos e parcerias	
Outros Subcontratos\	37 925,80
Serviços especializados	
Trabalhos especializados	103 432,55
Publicidade, comunicação e imagem	1 193,62
Vigilância e segurança	2 142,72
Honorários	26 763,20
Comissões	3 359,00
Conservação e reparação	5 924,56
Outros serviços especializados	947,23
Materiais de consumo	
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	7 686,85
Livros e documentação técnica	
Material de escritório	10 263,52
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	5 751,21
Medicamentos e artigos para a saúde	93,04
Outros materiais diversos de consumo	7 312,63
Energia e fluidos	
Eletricidade	14 448,16
Combustíveis e lubrificantes	6 703,50
Água	10 555,93
Deslocações, estadas e transportes	
Deslocações e estadas	665,98
Serviços diversos	
Rendas e alugueres	2 888,14
Comunicação	8 366,97
Seguros	7 056,04
Despesas de representação dos serviços	990,00
Limpeza, higiene e conforto	615,00
Outros serviços	196 790,98
TOTAL	461 876,63



Handwritten signatures and initials in blue ink, including "GM" and "D".

Nota 23.2 - Transferências e subsídios concedidos

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2024 encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

Rubricas	2024
Transferências correntes concedidas	
Instituições sem Fins Lucrativos	307 116,10
Ação Social	28 423,60
Outros	6 465,54
Subsídios correntes concedidos	
Prestações sociais concedidas	74 307,86
Outros	3 052,00
TOTAL	419 365,10

Nota 23.3 - Outros Gastos

A desagregação dos valores inscritos nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2024 encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

Rubricas	2024
Impostos e taxas	
Dívidas Incobráveis	
Perdas em inventários	
Gastos em investimentos não financeiros	
Outros	
Correções relativas a períodos anteriores	
Quotizações	
Outros não especificados	5 000,00
TOTAL	5 000,00



Prestação de Contas de 2024

Handwritten signatures in blue ink, including the initials 'GVL' and several illegible signatures.

GM
A
B
C

Demonstrações Orçamentais

